

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL 13º VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

Aos cinco dias do mês de junho de 2023, compareceu à sede da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Assessor Jurídico da Corregedoria, Leonel Barnasque Figueiró, para a <u>Inspeção Correcional Ordinária anual</u>, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 3505/2023, sendo recebido pelo Diretor de Secretaria, Mário César Damscki Júnior, e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Estando o Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **RAUL ZORATTO SANVICENTE**, impossibilitado por razões médicas de comparecer à Unidade correcionada, no dia 12 de junho de 2023 a Corregedora Regional em Exercício, Desembargadora **LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI**, agendou reunião no Gabinete da Corregedoria Regional com os Juízes em atuação na Unidade Judiciária, para tratar dos assuntos referentes à inspeção correcional ordinária, tendo se reunido com a Juíza Substituta Beatriz Fedrizzi Bernardon.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados à Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Unidade Judiciária: 08/03/1971 Data da última correição realizada: 15/07/2022

Jurisdição: Porto Alegre

2 CIRCUNSCRIÇÃO E REGIME DE LOTAÇÃO

Nos termos da Portaria nº 14/2021 desta Corregedoria Regional, a 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 32ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Nessa circunscrição vigora o regime de lotação plena, com a atuação do Juiz Titular da Vara do Trabalho e de um Juiz Substituto lotado.

3 ESTRUTURA FUNCIONAL

3.1 JUÍZES

3.1.1 Juízes Atuais

Juiz(a)	Cargo	Lotação
Anita Job Lübbe*	Juíza do Trabalho Titular	desde 16/02/2011
Guilherme da Rocha Zambrano	Juiz do Trabalho Substituto lotado	desde 10/11/2014

⁽Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 25/05/2023)

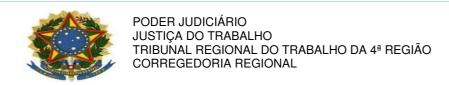
3.1.2 Autorização para Residir Fora da Comarca

Conforme consulta aos expedientes administrativos desta Corregedoria, a Juíza Titular Anita Job Lübbe reside na Comarca.

3.1.3 Juízes que atuaram de 01/01/2022 a 05/06/2023

Juiz (a)		Período(s)
1	Anita Job Lübbe	Juíza Titular desde 16/02/2011 - Há 12 anos e 112 dias*
		Juiz Substituto lotado desde 10/11/2014 – Há 8 anos e 209 dias*
		 Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 07/01 a 06/02/2022;
2	Guilherme da Rocha Zambrano	- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 27/02 a 02/03/2022;
		- Atuação no período de 03/03 a 23/03/2022, em virtude de férias da Juíza Titular;

^{*} A Juíza Titular Anita Job Lübbe está afastada da Unidade Judiciária em virtude da convocação para atuar neste Tribunal até 1º/12/2023.



_		
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 03/04 a 09/05/2022;
		- Atuação no período de 10 a 13/05/2022, em virtude de afastamento da Juíza Titular, conforme PROAD nº 2673/22;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 14/05 a 18/05/2022;
		- Atuação no período de 19/05 a 05/06/2022, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 06/06 a 05/07/2022;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 14/07 a 31/08/2022;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 01/10 a 19/12/2022;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 09 a 18/01/2023;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 08/02 a 03/03/2023;
		- Atuação no período de 04 a 09/03/2023, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no período de 10 a 23/03/2023, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação como Juiz Substituto lotado no período de 24/03 a 30/06/2023.
3	Anne Schwanz Sparremberger	- Atuação no dia 06/06/2022, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT.
4	Fernanda Schuch Tessmann	- Atuação no período de 07 a 12/06/2022, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT.
		- Atuação no período de 13/06 a 03/07/2022, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação no dia 04/07/2024, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no período de 05 a 17/07/2022 em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		 Atuação no período de 08/08 a 05/10/2022, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação no dia 06 a 18/10/2022, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no dia 19/10/2022 em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
5	Beatriz Fedrizzi Bernardon	- Atuação no dia 20 a 25/10/2022, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no período de 26/10 a 19/12/2022 em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação no período de 09 a 18/01/2023, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação no dia 19/01 a 07/02/2023, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no período de 08 a 17/02/2023, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT;
		- Atuação no dia 18/02 a 03/03/2023, em virtude de férias da Juíza Titular;
		- Atuação no período desde 24/03 até 09/08/2023, em virtude da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT.
4		Sepretario de Apoio con Magistrados em 25/05/2022)

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 25/05/2023) * Período totalizado até a data da visita correcional.

3.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e do Juiz Substituto lotado de 01/01/2022 a 05/06/2023

	Juiz (a)	Motivo	Período	Total
		Férias	03/03/2022 a 01/04/2022	30 dias
Juíza Titular	Anita Job Lübbe	Afastamento das Funções Judicantes – PROAD nº 2673/2022	10/05/2022 a 13/05/2022	4 dias
		Convocada para atuar no TRT	19/05/2022 a 03/07/2022	46 dias



1 dia
· ala
87 dias
13 dias
1 dia
6 dias
85 dias
20 dias
10 dias
20 dias
267 dias
20 dias
10 dias
8 dias
30 dias
20 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 25/05/2023)

3.1.5 Assiduidade da Juíza Titular e do Juiz Substituto lotado

Em cumprimento ao disposto no art. 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas no item acima e no item 5.4 do presente relatório, referente às **audiências realizadas**.

3.2 SERVIDORES

3.2.1 Servidores Lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Mário César Damscki Júnior	TJAA	Diretor de Secretaria (CJ3)	05/07/2017
2	Marcelo Castro dos Santos	TJAA	Assistente de Juiz Titular (FC05)	06/02/2020
3	Pedro Henrique Bueno de Barcellos	AJAJ	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	10/11/2014
4	Cristiane Mezzomo Bresolin	AJAJ	Assistente de Gabinete de Primeiro Grau (FC04)	26/11/2013
5	Michele Macagnan	AJAJ	Assistente de Gabinete de Primeiro Grau (FC04)	27/05/2010
6	Gabriel Matte de Moura	TJAA	Assistente de Secretaria (FC04)	11/04/2022
7	Paulo Norberto Schutz	TJAA	Assistente de Secretaria (FC04)	16/01/2006
8	Sílvia Regina Silveira	TJAA	Assistente de Secretaria (FC04)	17/04/2020
9	Leandro Zeni Carbonera	TJAA	Calculista (FC04)	10/12/2013
10	Cátia Hubler Amorim	TJAA	-	03/04/2012
11	Nina Rosa dos Santos Silva	TJAA	-	03/08/2015
12	Lorena Dutra Dornelles Severino	AJAJ	-	09/12/2021

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 26/05/2023)

(Siglas dos Cargos: TJAA: Técnico Judiciário, Área Administrativa; AJAJ: Analista Judiciário, Área Judiciária).

3.2.2 Movimentação de Servidores nos últimos 12 meses

Conforme informações disponibilizadas pelo Sistema Recursos Humanos em 26/05/2023, verificouse que **não** houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária nos últimos doze meses.

3.2.3 Ausências dos Servidores nos últimos 12 meses

Servidor(a) Lotado(a)	Tipo de Ausência	Nº de dias
Cristiane Mezzomo Bresolin	LTS – Licença para Tratamento de Saúde	1
Leandro Zeni Carbonera	Leandro Zeni Carbonera PAT – Licença-paternidade	
Lorena Dutra Dornelles Severino	LTS – Licença para Tratamento de Saúde	4
Lorena Dutta Domenes Severino	DSAN - Doação de sangue	1
Paulo Norberto Schutz LTS – Licença para Tratamento de Saúde		42

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 26/05/2023)

Obs: Os servidores que não constam na tabela acima não registraram afastamentos nos últimos doze meses.

3.3 ESTAGIÁRIOS

Conforme informações disponibilizadas pelo Sistema Recursos Humanos em 26/05/2023, verificou-se que a Unidade Judiciária **não** conta com estagiário(s).

4 DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Segundo o MGD (Mapeamento Global de Desempenho – https://dados.trt4.jus.br/extensions/mgd/mgd.html), o Índice de Produtividade da Unidade é de 0,57, o 30° colocado entre as 61 unidades de sua faixa de movimentação processual.

Já seu Índice Geral de Desempenho, cujo cálculo é obtido pelo produto do Índice de Produtividade pela Força de Trabalho (90%), é de 0,51. Nesse quesito, a unidade ocupa a 33ª posição entre as unidades similares.

5 FASE DE CONHECIMENTO

5.1 EVOLUÇÃO DOS CASOS NOVOS E PROCESSOS SOLUCIONADOS

Os dados apontados a seguir indicam os impactos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467, vigente a partir de 11/11/2017) e da pandemia de COVID-19 (anos 2020 a 2022) na demanda (casos novos) e na produtividade (processos solucionados) da unidade judiciária inspecionada.

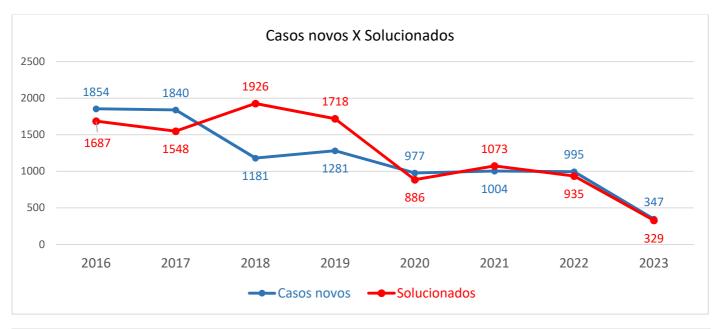
Com a evolução histórica de tais dados é possível aferir o impacto dos eventos referidos na demanda e na produtividade da unidade, e, ainda, compará-los com as médias de produtividade das unidades de mesma faixa processual.

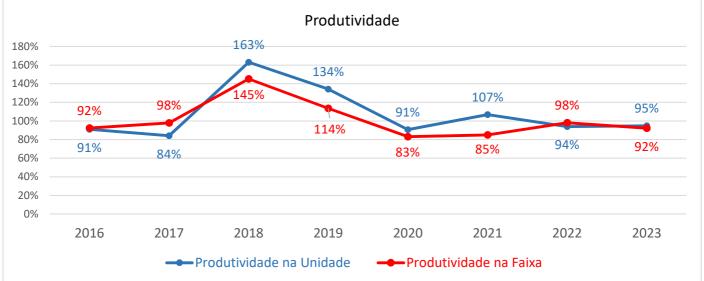
	13ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE								
Ano	Casos novos	Solucionados	Produtividade* na Unidade	Produtividade* na Faixa					
2016	1854	1687	90,99%	92,35%					
2017	1840	1548	84,13%	97,94%					
2018	1181	1926	163,08%	145,16%					
2019	1281	1718	134,11%	113,54%					
2020	977	886	90,69%	83,15%					
2021	1004	1073	106,87%	85,03%					
2022	995	935	93,97%	98,03%					
2023 (até 30/04)	347	329	94,81%	92,22%					

^{*}Produtividade corresponde à divisão dos processos solucionados pelos casos novos

^{*} Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período considerado: somente são computadas as ausências ocorridas a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.





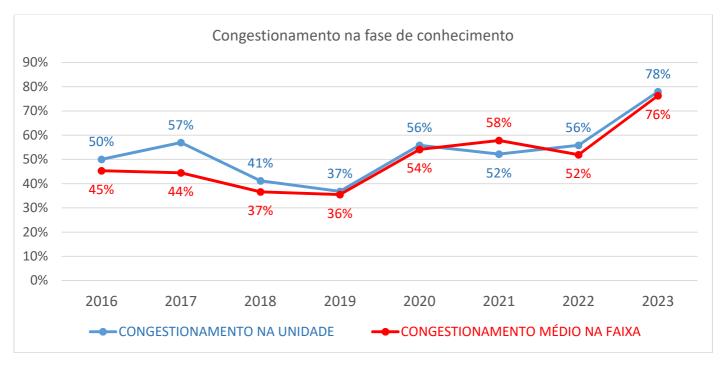


5.2 CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO

Corresponde ao percentual de processos não julgados nos últimos doze meses em relação ao acervo de pendentes de julgamento.

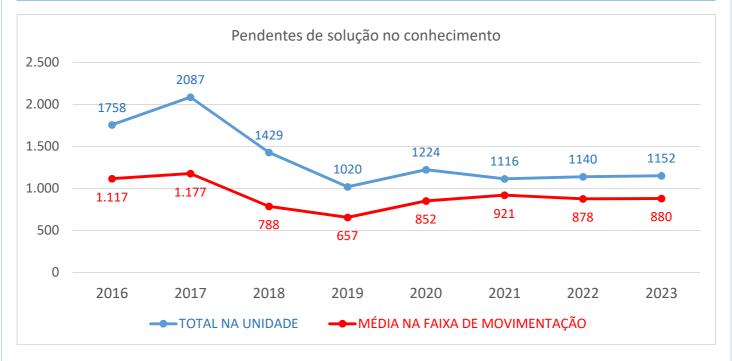
	CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL – FASE DE CONHECIMENTO								
	Item Estatístico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)
Α	Pendentes em 31/12 do ano anterior	1504	1758	2087	1429	1020	1224	1116	1140
B1	Casos novos + sentenças anuladas e reformadas	1871	1840	1188	1290	987	1022	1001	352
С	Total de processos pendentes de solução (A+B)	3375	3598	3275	2719	2007	2246	2117	1492
D	Processos solucionados	1687	1548	1926	1718	886	1073	935	329
CC	ONGESTIONAMENTO NA UNIDADE	50,01%	56,98%	41,19%	36,82%	55,85%	52,23%	55,83%	77,95%
	CONGESTIONAMENTO MÉDIO NA FAIXA	45,32%	44,47%	36,63%	35,51%	54,13%	57,84%	51,97%	76,34%

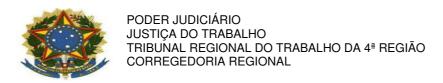




5.3 SITUAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES NO CONHECIMENTO

SITUAÇÃO DOS PENDENTES DE SOLUÇÃO – FASE DE CONHECIMENTO								
Item Estatístico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)
Processos em instrução	1699	1957	1315	913	1208	1099	980	1044
Aguardando prolação de sentenças – no prazo	57	114	53	43	16	17	99	101
Aguardando prolação de sentenças – com prazo vencido	2	16	61	64	0	0	61	7
TOTAL NA UNIDADE	1758	2087	1429	1020	1224	1116	1140	1152
MÉDIA NA FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO	1117	1177	788	657	852	921	878	880

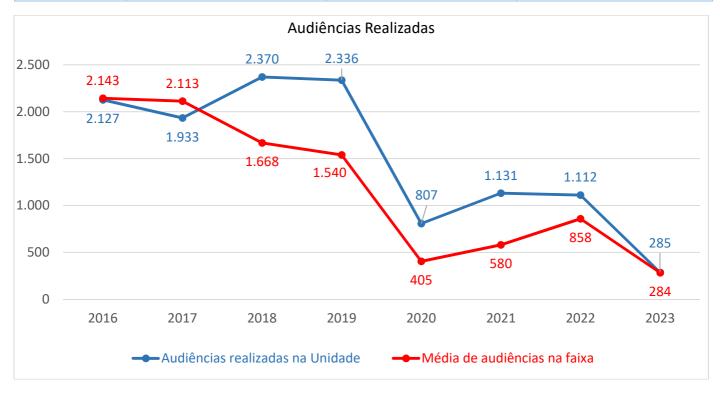




5.4 AUDIÊNCIAS

5.4.1 Evolução de audiências realizadas

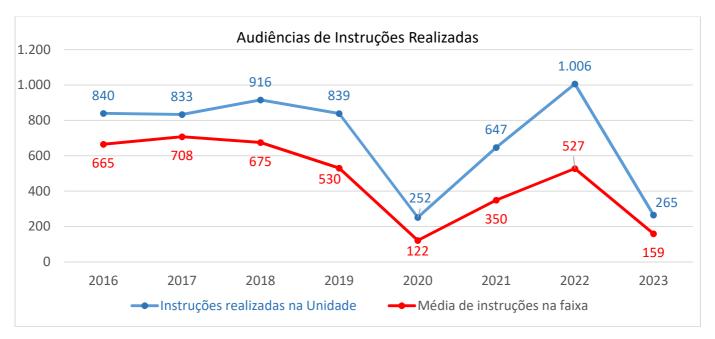
13ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE								
Ano	Audiências realizadas na Unidade	Média de audiências na faixa	Unidade em relação à faixa					
2016	2.127	2.143	99,24%					
2017	1.933	2.113	91,48%					
2018	2.370	1.668	142,11%					
2019	2.336	1.540	151,68%					
2020	807	405	199,28%					
2021	1.131	580	194,90%					
2022	1.112	858	129,54%					
2023 (até 30/04)	285	284	100,28%					



5.4.2 Evolução de audiências de instrução realizadas

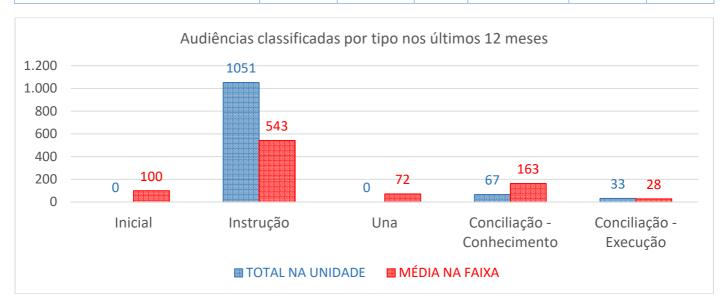
13ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE									
Ano									
2016	840	665	126,29%						
2017	833	708	117,73%						
2018	916	675	135,77%						
2019	839	530	158,24%						
2020	252	122	207,06%						
2021	647	350	185,07%						
2022	1.006	527	190,81%						
2023 (até 30/04)	265	159	166,58%						





5.4.3 Audiências realizadas por tipo e magistrado nos últimos doze meses

AUDIÊNCIAS F	EALIZADAS -	- PERÍODO DE	01/05/20	22 a 30/04/2023		
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação (conhecimento)	Conciliação (execução)	TOTAL
Anita Job Lübbe	0	18	0	0	0	18
Anne Schwanz Sparremberger	0	4	0	0	0	4
Artur Peixoto San Martin	0	0	0	0	1	1
Beatriz Fedrizzi Bernardon	0	463	0	18	5	486
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	0	0	0	1	0	1
Fernanda Schuch Tessmann	0	12	0	1	0	13
Guilherme da Rocha Zambrano	0	554	0	30	21	605
Maria Cristina Santos Perez	0	0	0	17	6	23
TOTAL NA UNIDADE	0	1051	0	67	33	1151
MÉDIA NA FAIXA	100	543	72	163	28	906



5.4.4 Periodicidade e Composição (Médias) da Pauta

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	U, P, P, E	-			

J2 (a partir de maio/2023)	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	I,I,I,U,P,P,P	I,I,I,U,P,P,P	I,I,I,U,P,P,P	I,I,I,U,P,P,P	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria Mario Cesar Damscki Junior em 30/05/2023) Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário
 U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiências de conciliação em processos em fase de execução

Observação apontada pelo Diretor de Secretaria: "PAUTA J2: As audiências de conciliação em conhecimento ou de conciliação em execução são inseridas num horário intermediário da pauta, conforme solicitação das partes. De julho/22 a abril/23, foram feitas, em média, de 03 a 04 audiências de conciliação em execução por mês."

Com relação à organização das pautas (telepresenciais, mistas ou presenciais), o Diretor informa em 30/05/2023 o que seque:

"J1: Três processos por tarde, de segunda a quinta-feira, podendo ser incluídos processos em número variável para tentativa de conciliação tanto em conhecimento quanto em execução. As audiências estão, neste ano, sendo marcadas presenciais, a menos que o processo seja 100% digital, então são designadas mistas (caso alguma das partes queira comparecer no foro). As audiências marcadas ainda no ano passado para 2023 foram designadas mistas.

J2: As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, tendo sido marcadas, até abril/2023, 04 ou 05 audiências por dia: 02 instruções rito sumaríssimo (ou 01 rito sumaríssimo e 01 com ente público), 02 instruções rito ordinário e 01 conciliação em conhecimento ou conciliação em execução). Desde maio/2023: 06 ou 07 audiências por dia (03 iniciais, 01 UNA sumaríssimo, 01 instrução sumaríssimo ou instrução com ente público, 02 instruções rito ordinário). Em algumas datas, em face da complexidade de certos processos, não são realizadas audiências iniciais. Quanto às modalidades de audiência (presencial/mista/telepresencial), o procedimento é similar ao do J1."

5.4.5 Pautas Marcadas e Livres

Tina	ÚLTIMA DAT	A MARCADA	PRÓXIMA	DATA LIVRE	
Tipo	J1	J2	J1	J2	
Inicial	al -		-	25/09/2023	
Una Sumaríssimo	-	05/10/2023	14/06/2023	06/10/2023	
Instrução	28/11/2023	05/02/2024	25/10/2023	27/06/2023	
Tentativa de acordo em execução	12/06/2023	27/06/2023	14/06/2023	01/08/2023	
CPIs	-	-	-	-	

(Fonte: J1- responsável pelas informações em 30/05/2023: Gabriel Matte de Moura – Assistente de secretaria J2- responsável pelas informações em 30/05/2023: Sílvia Regina Silveira – Assistente de secretaria)

5.4.6 Adiamento de Pauta

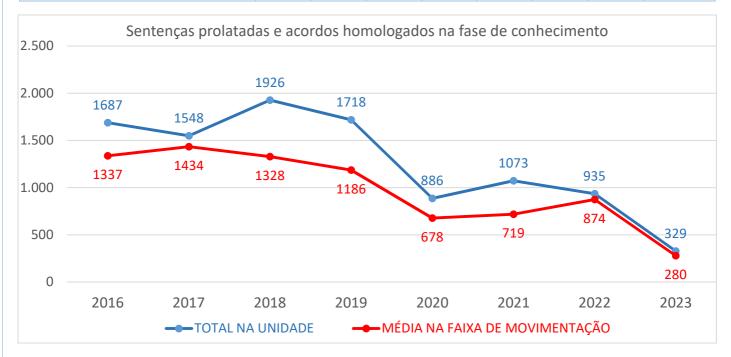
Na tabela abaixo, apresenta-se o percentual de audiências canceladas e redesignadas com designação posterior, isto é, apontam-se apenas audiências adiadas para data futura.

NÚMERO DE AUDIÊNCIAS ADIADAS – PERÍODO DE 01/05/2022 a 30/04/2023									
Juízes	Audiências realizadas	Audiências canceladas/adiadas	Índice de adiamentos						
Processos vinculados ao Juiz Titular	565	187	33,10%						
Processos vinculados ao Juiz Substituto	586	61	10,41%						
TOTAL	1.151	248	21,55%						

5.5 SENTENÇAS

5.5.1 Evolução anual de sentenças prolatadas e acordos homologados na fase de conhecimento

SENTENCAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO										
Item Estatístico 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 (atr 30/04)										
Conciliações 601 649 772 706 303 473 365 100										
Julgamentos com resolução de mérito	601	603	915	780	476	504	487	203		
Julgamentos sem resolução de mérito	485	296	239	232	107	96	83	26		
TOTAL NA UNIDADE	1687	1548	1926	1718	886	1073	935	329		
MÉDIA NA FAIXA	1337	1434	1328	1186	678	719	874	280		

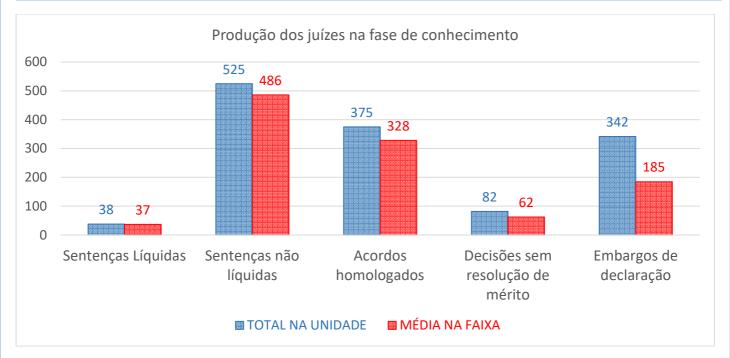


5.5.2 – Produção dos juízes na fase de conhecimento nos últimos doze meses

PRODUÇÃO DOS JUÍZES									
PERÍODO: 01/05/2022 a 30/04/2023									
Juiz (a)	Sentenças líquidas	Sentenças não líquidas	Acordos homologados	Decisões sem resolução de mérito	Embargos de declaração				
Amanda Stefania Fisch	0	59	1	7	31				



Anita Job Lübbe	0	0	5	0	6
Anne Schwanz Sparremberger	0	0	1	0	0
Beatriz Fedrizzi Bernardon	5	222	138	26	109
Camila Tesser Wilhelms	0	14	0	0	5
Fernanda Schuch Tessmann	0	8	2	2	7
Guilherme da Rocha Zambrano	33	220	228	47	184
Tiago dos Santos Pinto da Motta	0	2	0	0	0
TOTAL NA UNIDADE	38	525	375	82	342
MÉDIA NA FAIXA	37	486	328	62	185



6 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA/DECISÕES COM PRAZO LEGAL EXCEDIDO

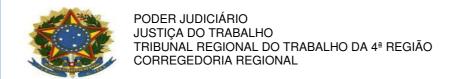
A Corregedoria Regional dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 30 dias úteis, em atenção ao disposto nos arts. 226, III, do Código de Processo Civil, e 775 da Consolidação das Leis do Trabalho.

	PROCESSO	OS COM PRAZO VENCIDO EM 30/05/2	2023, ÀS 20h12min	
	Processo	Magistrada	Data da conclusão	Prazo (em dias úteis)
01	0020260-91.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	16/12/2022	82
02	0020441-92.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	16/12/2022	82
03	0020750-64.2022.5.04.0018*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	16/01/2023	75
04	0020756-86.2022.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	16/01/2023	75
05	0020057-32.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	24/01/2023	69
06	0020157-84.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/02/2023	63
07	0020403-80.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/02/2023	63
80	0020788-28.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/02/2023	63
09	0020190-40.2022.5.04.0013	Sonia Maria Pozzer	15/02/2023	62
10	0020816-93.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	06/02/2023	61
11	0021034-24.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	06/02/2023	61



10	0001155 00 0010 5 01 0010*	Dootsin Faduinei Damarudan	06/00/0000	64
12	0021155-23.2019.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	06/02/2023	61
13	0020863-88.2021.5.04.0006*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	07/02/2023	60
14	0020827-25.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	08/02/2023	59
15	0020200-84.2022.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	09/02/2023	58
16	0020475-67.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	10/02/2023	57
17	0020971-96.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	10/02/2023	57
18	0020925-10.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	13/02/2023	56
19	0020225-34.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	14/02/2023	55
20	0020807-34.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	14/02/2023	55
21	0020990-05.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	14/02/2023	55
22	0020426-26.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	16/02/2023	53
23	0020616-86.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
24	0020622-93.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
25	0020714-37.2022.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
26	0020715-56.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
27	0021001-34.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
28	0021036-91.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	01/03/2023	46
29	0020570-97.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	02/03/2023	45
30	0020795-35.2021.5.04.0008*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	02/03/2023	45
31	0020835-65.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	02/03/2023	45
32	0020912-11.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	02/03/2023	45
33	0020493-25.2020.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/03/2023	44
34	0020593-43.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/03/2023	44
35	0020693-95.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/03/2023	44
36	0020796-05.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	28/03/2023	41
37	0020842-91.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	28/03/2023	41
38	0021038-61.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	29/03/2023	40
39	0020191-25.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
40	0020902-64.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
41	0020930-32.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
42	0021047-23.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
43	0021053-64.2020.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
44	0021062-89.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	03/04/2023	37
45	0020030-97.2022.5.04.0018	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
46	0020374-30.2021.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
47	0020446-17.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
48	0020511-75.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
49	0020674-55.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
50	0020693-61.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	04/04/2023	36
51	0020774-44.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	11/04/2023	34
52	0020852-38.2021.5.04.0013*	Beatriz Fedrizzi Bernardon	11/04/2023	34
53	0020056-76.2023.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	12/04/2023	33
54	0020151-43.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	12/04/2023	33
55	0020931-80.2022.5.04.0013	Beatriz Fedrizzi Bernardon	13/04/2023	32
56	0020966-98.2022.5.04.0026	Beatriz Fedrizzi Bernardon	13/04/2023	32
(*) Os	nrocessos assinalados tiveram se	entenca prolatada entre a data da co	nsulta e a do fechamen	to do presente relatório

^(*) Os processos assinalados tiveram sentença prolatada entre a data da consulta e a do fechamento do presente relatório.

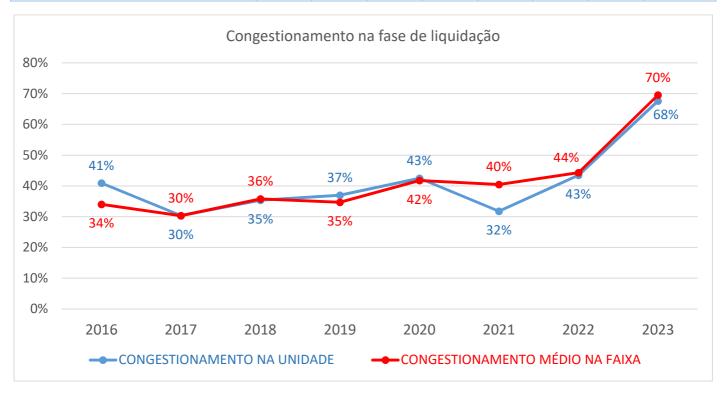


7 FASE DE LIQUIDAÇÃO

7.1 CONGESTIONAMENTO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO

Corresponde ao percentual de liquidações não finalizadas nos últimos doze meses em relação ao acervo de pendentes de finalização.

	CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL – FASE DE LIQUIDAÇÃO									
	Item Estatístico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)	
Α	Pendentes do período anterior	443	396	237	289	329	397	275	322	
В	Liquidações iniciadas	537	382	524	585	605	465	447	138	
С	Total de liquidações pendentes de finalização (A+B)	980	778	761	874	934	862	722	460	
D	Liquidações finalizadas	579	542	492	551	537	588	408	149	
C	CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE 40,92% 30,33% 35,35% 36,96% 42,51% 31,79% 43,49% 67,61%								67,61%	
	CONGESTIONAMENTO MÉDIO NA FAIXA	34,02%	30,30%	35,78%	34,67%	41,73%	40,44%	44,29%	69,54%	



8 FASE DE EXECUÇÃO

8.1 CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO

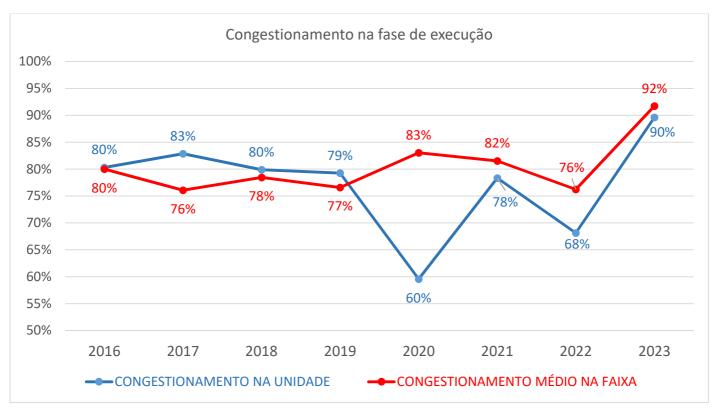
Corresponde ao percentual de execuções não finalizadas nos últimos doze meses em relação ao acervo de pendentes de finalização.

Item Estatístico 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 (até 30/04) A Saldo de processos no arquivo provisório no período anterior 1049 1134 1183 1234 782 281 299 310 B Execuções em tramitação pendentes período anterior 545 681 870 963 1433 1356 1461 1375		CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL – FASE DE EXECUÇÃO									
provisório no período anterior Execuções em tramitação pendentes 545 681 870 963 1433 1356 1461 1375										2023 (até 30/04)	
	Α		1049	1134	1183	1234	782	281	299	310	
	В		545	681	870	963	1433	1356	1461	1375	



С	Total de execuções pendentes do período anterior	1594	1815	2053	2197	2215	1637	1760	1685
D	Execuções Iniciadas	654	655	693	651	530	603	386	144
Е	Total de execuções pendentes de finalização (C+D)	2248	2470	2746	2848	2745	2240	2146	1829
F	Execuções finalizadas*	443	423	552	591	1110	485	684	190
(CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE	80,29%	82,87%	79,90%	79,25%	59,56%	78,35%	68,13%	89,61%
CC	CONGESTIONAMENTO MÉDIO NA FAIXA		76,09%	78,46%	76,60%	83,03%	81,54%	76,22%	91,72%

^{*}A execução é considerada finalizada quando o processo é arquivado definitivamente.

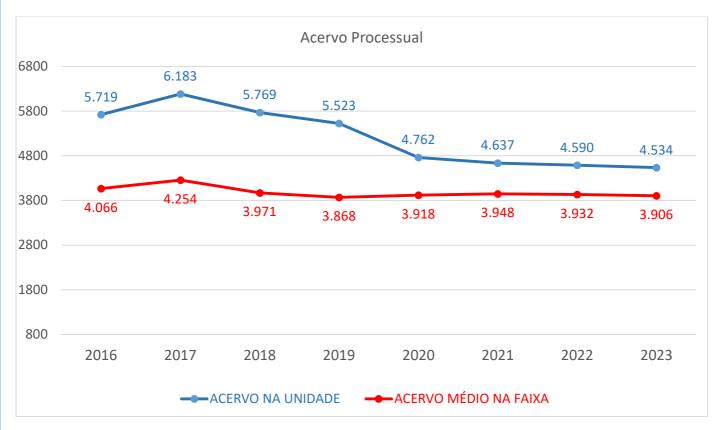


9 ACERVO

Corresponde ao total de processos tramitando na Unidade. Seu valor é obtido pelo somatório dos processos pendentes de finalização das fases de conhecimento, liquidação e execução, bem como das cartas precatórias e cartas de ordem pendentes de cumprimento.

EVOLUÇÃO DO ACERVO PROCESSUAL NA UNIDADE									
Item Estatístico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)	
Pendentes de solução no conhecimento	1758	2087	1429	1020	1224	1116	1140	1152	
Solucionados aguardando finalização no conhecimento	1581	1655	1794	1909	1467	1449	1428	1416	
Pendentes de finalização na fase de liquidação	396	237	289	329	397	275	322	312	
Pendentes de finalização na fase de execução	1815	2053	2197	2215	1637	1760	1685	1640	
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	169	151	60	50	37	37	15	14	
ACERVO NA UNIDADE	5.719	6.183	5.769	5.523	4.762	4.637	4.590	4.534	
ACERVO MÉDIO NA FAIXA	4.066	4.254	3.971	3.868	3.918	3.948	3.932	3.906	





10 PRAZO / IDADE MÉDIA

O tempo de tramitação processual será analisado em relação a dois aspectos: prazo médio e idade média.

O **prazo médio** indica o tempo de tramitação, em dias, que um conjunto de processos esteve em determinada fase ou situação. Consideram-se, neste caso, apenas os processos que atingiram, em um período de referência, o termo final da respectiva fase ou etapa. Indica, portanto, uma situação passada. Assim, o encerramento de processos mais antigos gera um aumento do prazo médio de tramitação da Unidade, e, portanto, um indicador de prazo médio alto não necessariamente é um aspecto negativo.

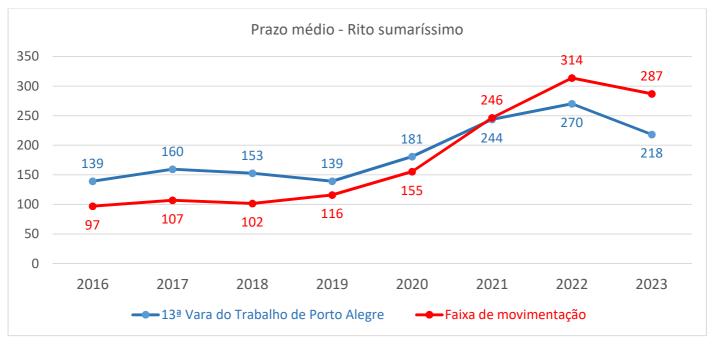
Já a **idade média** indica o tempo de tramitação, em dias, que um conjunto de processos está em determinada fase ou situação. Consideram-se, neste caso, os processos pendentes na respectiva etapa ou fase em um período de referência. Este índice representa a situação presente de um conjunto de processos.

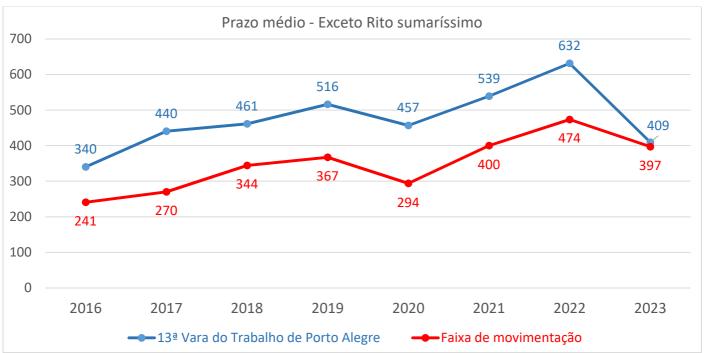
10.1 PRAZO / IDADE MÉDIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO											
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)			
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	139	160	153	139	181	244	270	218			
	Faixa de movimentação	97	107	102	116	155	246	314	287			
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	340	440	461	516	457	539	632	409			
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	241	270	344	367	294	400	474	397			



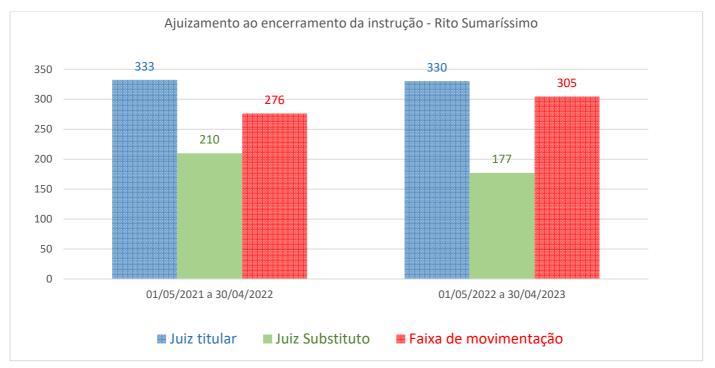


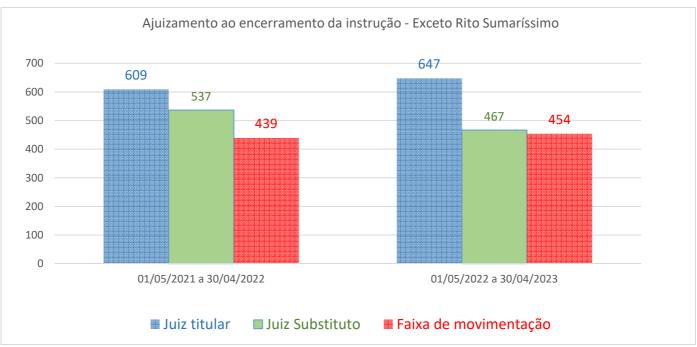


b) Desempenho dos juízes lotados na Unidade nos últimos 24 meses

PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO											
Rito	Cargo Judicial	01/05/2021 a 30/04/2022	01/05/2022 a 30/04/2023	Variação							
	Juiz Titular	333	330	-0,69%							
Sumaríssimo	Juiz Substituto	210	177	-0,69% -15,58% 10,19%							
	Faixa de movimentação	276	305	10,19%							
	Juiz Titular	609	647	6,32%							
Exceto Sumaríssimo	Juiz Substituto	537	467	-13,04%							
	Faixa de movimentação	439	454	3,45%							



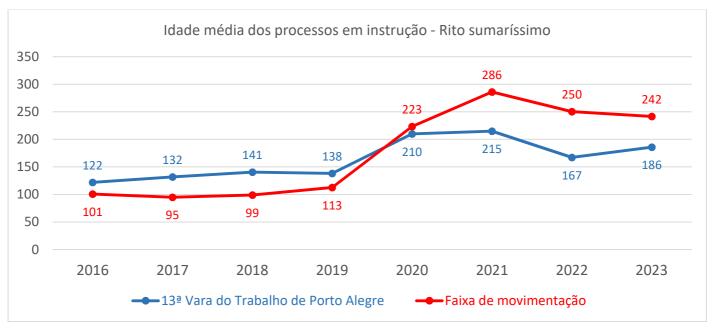


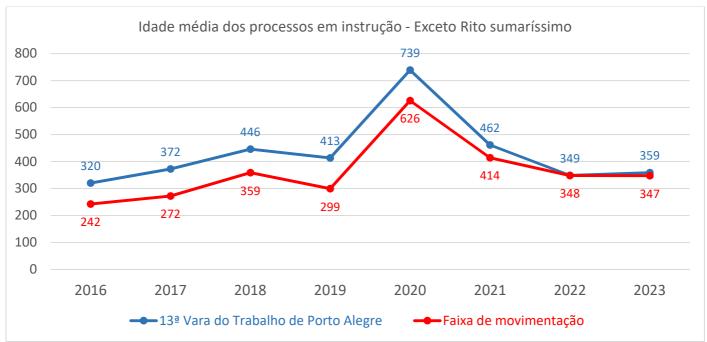


c) Idade média nos processos em instrução

	IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM INSTRUÇÃO										
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)		
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	122	132	141	138	210	215	167	186		
Sumanssimo	Faixa de movimentação	101	95	99	113	223	286	250	242		
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	320	372	446	413	739	462	349	359		
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	242	272	359	299	626	414	348	347		





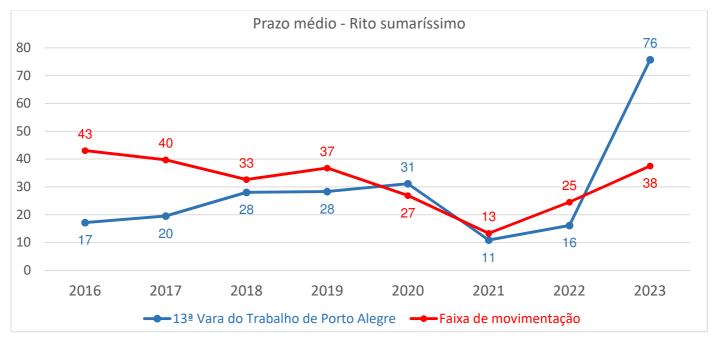


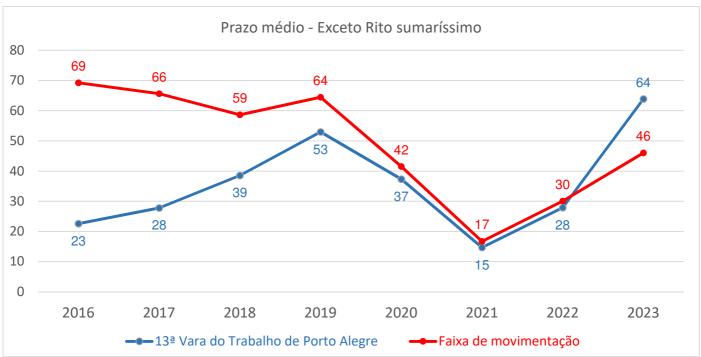
10.2 PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À SENTENÇA

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA											
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)			
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	17	20	28	28	31	11	16	76			
	Faixa de movimentação	43	40	33	37	27	13	25	38			
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	23	28	39	53	37	15	28	64			
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	69	66	59	64	42	17	30	46			



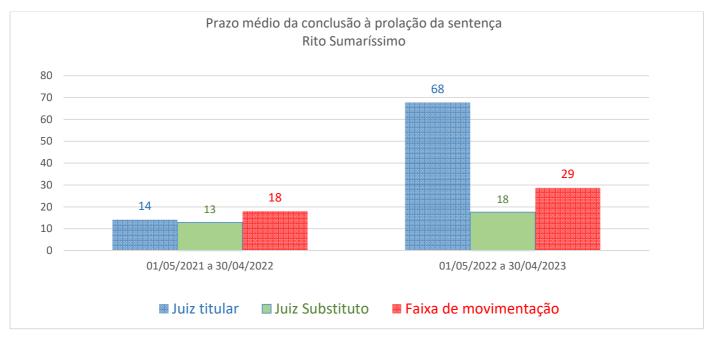


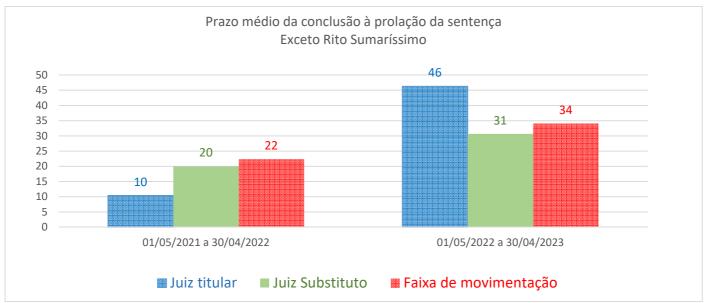


b) Desempenho dos juízes lotados na Unidade nos últimos 24 meses

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA											
Rito	Cargo Judicial	01/05/2021 a 30/04/2022	01/05/2022 a 30/04/2023	Variação							
	Juiz Titular	14	68	380,53%							
Sumaríssimo	Juiz Substituto	13	18	36,52%							
	Faixa de movimentação	18	29	59,47%							
	Juiz Titular	10	46	345,14%							
Exceto Sumaríssimo	Juiz Substituto	20	31	53,54%							
	Faixa de movimentação	22	34	52,64%							





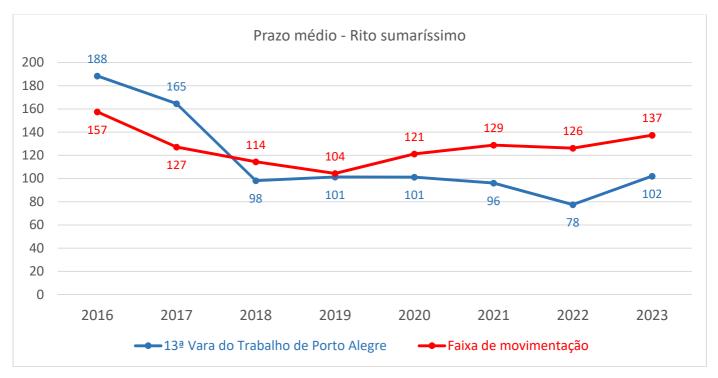


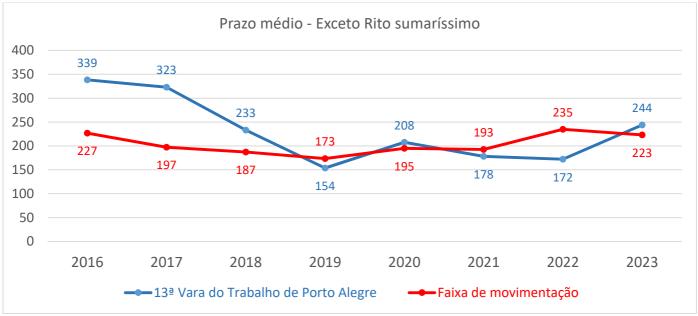
10.3 PRAZO / IDADE MÉDIA DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO											
Rito	2021	2022	2023 (até 30/04)								
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	188	165	98	101	101	96	78	102		
	Faixa de movimentação	157	127	114	104	121	129	126	137		
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	339	323	233	154	208	178	172	244		
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	227	197	187	173	195	193	235	223		





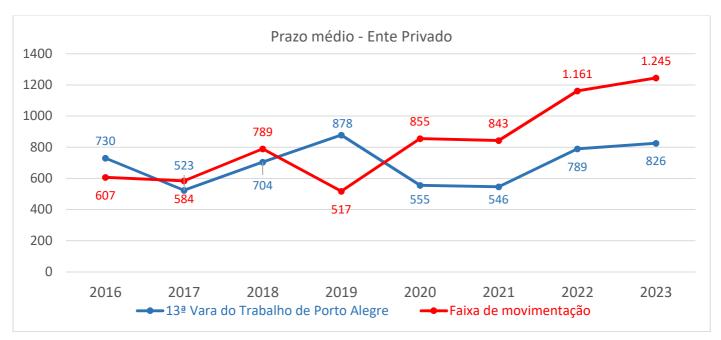


10.4 PRAZO / IDADE MÉDIA NA FASE DE EXECUÇÃO

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

	EVOLUÇÃO DO PR	AZO MÉD	IO DO IN	ÍCIO À EX	TINÇÃO I	DA EXECU	JÇÃO		
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)
Ente Privado	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	730	523	704	878	555	546	789	826
	Faixa de movimentação	607	584	789	517	855	843	1.161	1.245
Ente Público	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	672	981	2.026	3.978	1.833	731	514	2.300
	Faixa de movimentação	1.258	939	803	959	736	642	875	1.461



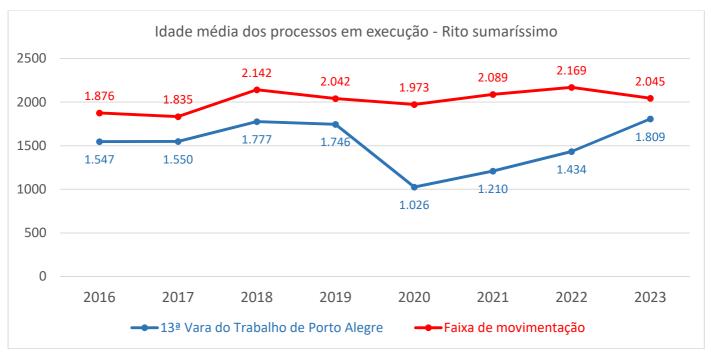


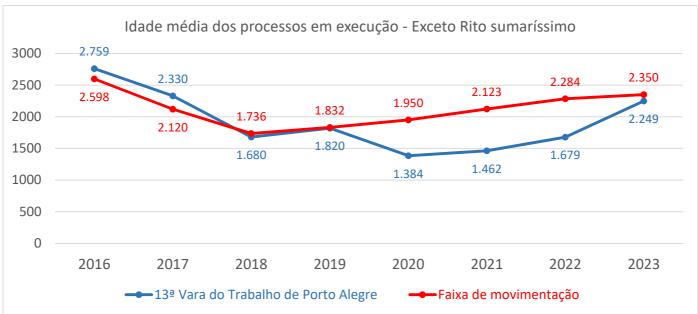


b) Idade média nos processos em execução

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM EXECUÇÃO										
Rito Unidade 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 (ate 30/04)										
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	1.547	1.550	1.777	1.746	1.026	1.210	1.434	1.809	
	Faixa de movimentação	1.876	1.835	2.142	2.042	1.973	2.089	2.169	2.045	
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	2.759	2.330	1.680	1.820	1.384	1.462	1.679	2.249	
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	2.598	2.120	1.736	1.832	1.950	2.123	2.284	2.350	





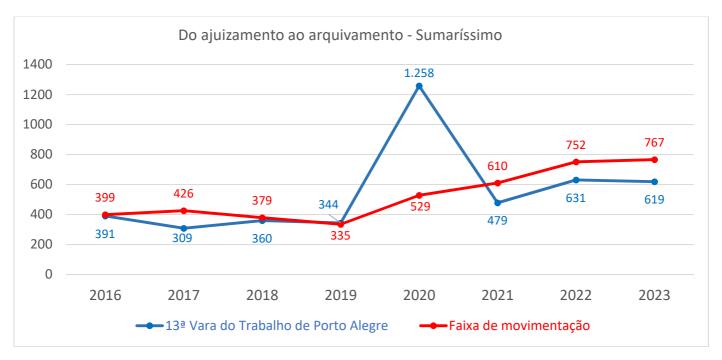


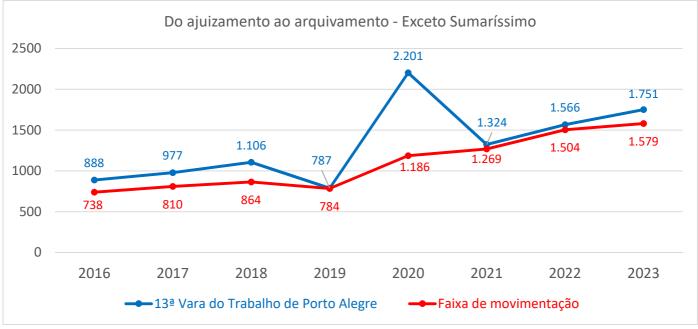
10.5 PRAZO / IDADE MÉDIA DA TRAMITAÇÃO TOTAL DO PROCESSO

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO											
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)			
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	391	309	360	344	1.258	479	631	619			
	Faixa de movimentação	399	426	379	335	529	610	752	767			
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	888	977	1.106	787	2.201	1.324	1.566	1.751			
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	738	810	864	784	1.186	1.269	1.504	1.579			



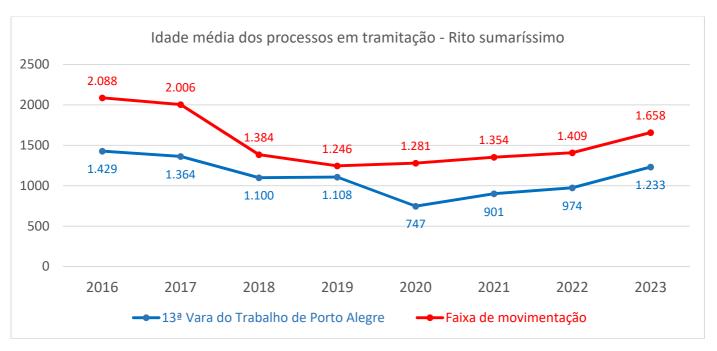


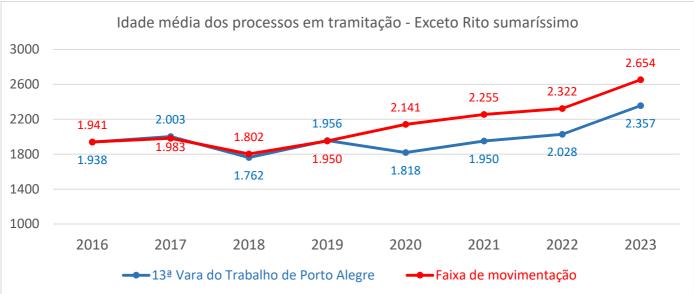


b) Idade média nos processos em tramitação

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO (CONTANDO TODAS AS FASES PROCESSUAIS)											
Rito	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (até 30/04)		
Sumaríssimo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	1.429	1.364	1.100	1.108	747	901	974	1.233		
	Faixa de movimentação	2.088	2.006	1.384	1.246	1.281	1.354	1.409	1.658		
Exceto	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	1.938	2.003	1.762	1.956	1.818	1.950	2.028	2.357		
Sumaríssimo	Faixa de movimentação	1.941	1.983	1.802	1.950	2.141	2.255	2.322	2.654		







11 METAS

11.1 METAS DO CNJ - ANO DE 2022

11.1.1 Meta 1: "Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente."

META 1/2022 CNJ					
Distribuídos em 2022 Solucionados em 2022 Meta para 2022 Resultado					
997	941	998	Meta não cumprida		

11.1.2 Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1° e 2° graus."

	META 2/2022 CNJ		
Processos não julgados até 31/12/2020	Processos distribuídos até 31/12/2020 e julgados entre 01/01/2021 e 31/12/2022	Meta para 2022	Resultado
1098	1.044	1022	Meta cumprida

11.1.3 Meta 3: "Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020 em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%".

META 3/2022 CNJ					
Índice de Conciliações no biênio 2019/2020	Índice de Conciliações em 2022	Meta para 2022 (mínimo)	Resultado		
42,89%	43,21%	40,00%	Meta cumprida		

11.1.4 Meta 5: "Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%".

	Índice de 2020	Índice de 2022	Meta para 2022 (máximo)	Resultado
Taxa de congestionamento líquida	43,5%	61,3%	41,5%	Meta não cumprida

Fonte: Módulo de Produtividade Mensal do CNJ

https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html

11.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2023

11.2.1 Meta 1: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente."

META 1/2023 CNJ					
Distribuídos até 03/05/2023	Solucionados até 03/05/2023	Meta para 2023 (valor provisório)	Resultado parcial		
357	337	358	Indicativo de não cumprimento		

11.2.2 Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus."

META 2/2023 CNJ						
	Processos não julgados até 31/12/2021	Processos distribuídos até 31/12/2021 e julgados entre 01/01/2022 e 03/05/2023	Meta para 2023	Resultado parcial		
	1073	844	998	Meta ainda não cumprida		

11.2.3 Meta 3: "Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021 em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%".

META 3/2023 CNJ					
Índice de Conciliações no biênio 2020/2021	Índice de Conciliações em 2023 (até 03/05)	Meta para 2023 (mínimo)	Resultado parcial		
43,19%	34,58%	40,00%	Indicativo de não cumprimento		

11.2.4 Meta 5: "Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%".

^{*}Segundo o Glossário das Metas de 2022, a taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Não são computados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

META 5/2023 CNJ					
	Índice de 2021	Índice de 2023 (até 28.02)	Meta para 2023 (máximo)	Resultado	
Taxa de congestionamento líquida	52,6%	61,2%	52,1%	Indicativo de não cumprimento	

Fonte: Módulo de Produtividade Mensal do CNJ

https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html

12 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu e contou** com a atuação do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correcionado, conforme a tabela abaixo.

	SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT						
SAT Curto/Presencial/Equipe da Corregedoria SAT Longo/Remoto							
2022	1º período – 20/01/2022 e 21/01/2022 2º período – 24/01/2022 e 28/01/2022	-					
2023	-	-					
Total	2 períodos	-					

^{*} A informação constante desta tabela restringe-se ao apoio prestado até a data da correição, não incluindo eventuais agendamentos realizados para datas futuras.

13 ROTINAS DE SECRETARIA

13.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Segundo as informações prestadas pelo Diretor de Secretaria na entrevista correcional, as notificações são expedidas em uma média de 02 dias, a partir da determinação, enquanto o prazo para a expedição de ofícios é de cerca de 10 dias, a partir da determinação.

13.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Os mandados, as autorizações judiciais, os precatórios e as requisições de pequeno valor são expedidos no prazo médio de 30 dias, no máximo, a partir da determinação.

13.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás de pagamento na execução são expedidos em uma média de 02 dias, inclusive os referentes a acordos e à liberação de eventual saldo remanescente em favor da parte reclamada.

13.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em 30/05/2023 estavam sendo despachadas as petições recebidas no dia 17/05/2023 (conhecimento), 22/05/2023 (liquidação) e 17/04/2023 (execução), exceção de alguns de maior complexidade.

13.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Em 30/05/2023 estavam sendo impulsionados os processos com o prazo vencido em 19/04/2023 (conhecimento), 13/04/2023 (liquidação) e 01/02/2023 (execução), exceção de alguns de maior complexidade.

13.6 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento definitivo do processo de execução é realizado após a expedição dos respectivos alvarás.

Outrossim, no caso de conciliação com previsão de pagamento parcelado, o arquivamento ocorre após o integral cumprimento do acordo.

Antes do arquivamento definitivo do processo judicial, a Unidade verifica, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo.

13.7 EXECUÇÃO REUNIDA

Atualmente, existe 01 (um) procedimento de execuções reunidas em trâmite na Unidade Judiciária. Há um controle do número de procedimentos existentes.

Nas execuções reunidas, a Unidade mantém ativo apenas o processo piloto.

As demais execuções, segundo informação prestada pelo Diretor de Secretaria, aguardam a tramitação do processo principal.

13.8 PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO AO BNDT

O Art. 883-A da CLT dispõe que "A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo".

Segundo o Diretor de Secretaria, a Unidade aplica a nova disposição da CLT, pois a inscrição no BNDT ocorre aproximadamente 45 dias após a citação, depois de eventual negativa do Sisbajud; enquanto a exclusão é efetuada a requerimento da parte após o pagamento ou quando da revisão antes do arquivamento.

A Unidade informa que não realiza qualquer rotina periódica como forma de monitorar eventuais inscrições indevidas no BNDT.

Por sua vez, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27/12/2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 17/05/2023; dessa consulta, constatou-se que os processos listados no rol exaustivo a seguir estão com execução encerrada e com devedores ainda inscritos no BNDT:

Processo	Data inclusão no BNDT	Parte	Data da extinção ou arquivamento do processo
0000805-24.2013.5.04.0013	migrado do inFOR	AMARAL-ANDRADE EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA - EPP	16/03/2023
0000805-24.2013.5.04.0013	migrado do inFOR	EVERTON DO AMARAL ANDRADE	16/03/2023
0000805-24.2013.5.04.0013	migrado do inFOR	SILVIO SILVEIRA DE FREITAS	16/03/2023
0001336-81.2011.5.04.0013	migrado do inFOR	LYNX SUL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	10/04/2023
0113300-84.2008.5.04.0013	migrado do inFOR	EMZEL SISTEMAS INTEGRADOS DE SEGURANCA LTDA - EPP	18/04/2023
0113300-84.2008.5.04.0013	migrado do inFOR	LYNX SUL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	18/04/2023

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 17/05/2023)

13.9 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

13.9.1 Lançamentos de Incidentes Processuais pela Secretaria

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontados no rol exaustivo do quadro abaixo:

Processo	Data	Tipo de Incidente
0020689-24.2022.5.04.0013	24/08/2022	Tutelas Provisórias Pendentes
0020710-97.2022.5.04.0013	01/09/2022	Tutelas Provisórias Pendentes
0020892-83.2022.5.04.0013	07/11/2022	Tutelas Provisórias Pendentes
0021561-15.2017.5.04.0013	16/08/2022	Embargos de declaração pendentes
0021139-69.2019.5.04.0013	19/08/2022	Embargos de declaração pendentes
0020069-12.2022.5.04.0013	04/10/2022	Embargos de declaração pendentes
0020336-18.2021.5.04.0013	05/10/2022	Embargos de declaração pendentes
0020550-72.2022.5.04.0013	03/11/2022	Embargos de declaração pendentes
0020370-56.2022.5.04.0013	16/11/2022	Embargos de declaração pendentes
0020959-53.2019.5.04.0013	07/04/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020959-53.2019.5.04.0013	20/04/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020512-31.2020.5.04.0013	13/07/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020512-31.2020.5.04.0013	14/07/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020865-71.2020.5.04.0013	08/02/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0021053-98.2019.5.04.0013	25/02/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020591-73.2021.5.04.0013	10/03/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0001131-52.2011.5.04.0013	14/03/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020958-34.2020.5.04.0013	15/03/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000094-53.2012.5.04.0013	17/03/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020301-92.2020.5.04.0013	16/05/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020567-50.2018.5.04.0013	19/05/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020901-21.2017.5.04.0013	10/06/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000403-40.2013.5.04.0013	26/07/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020201-69.2022.5.04.0013	17/08/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020761-45.2021.5.04.0013	23/08/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0082400-21.2008.5.04.0013	12/09/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020145-36.2022.5.04.0013	04/10/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020764-97.2021.5.04.0013	05/10/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020481-11.2020.5.04.0013	15/08/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes (dois movimentos)

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17/05/2023)

13.9.2 Lançamento de Valores Pagos no período avaliado

13.9.2.1 Valores pagos aos reclamantes

Procedência	01/05/2022 a 30/04/2023	%
Decorrentes de Execução	R\$36.084.757,90	55,37%
Decorrentes de Acordo	R\$18.207.162,73	27,94%
Decorrentes de Pagamento Espontâneo	R\$10.875.171,72	16,69%
TOTAL	R\$65.167.092,35	100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17/05/2023)

13.9.2.2 Valores diversos

Classificação	01/05/2022 a 30/04/2023	%
Custas Processuais e emolumentos	R\$850.940,06	6,47%
Contribuição Previdenciária arrecadada	R\$8.988.713,57	68,34%
Imposto de renda arrecadado	R\$3.312.954,73	25,19%
Multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$0,00	0,00%
TOTAL	R\$13.152.608,36	100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17/05/2023)

13.9.3 PJe - Painel Global da Unidade no Sistema PJe

O Painel Global do Sistema PJe apresenta o acervo de processos eletrônicos da Vara do Trabalho, dividido em diversas tarefas, e permite a análise da organização e da pontualidade do trabalho da Unidade.

13.9.3.1 Tarefas do Painel Global

Os quantitativos de processos alocados em algumas tarefas do Painel Global do PJe da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, em **31/05/2023**, constam da tabela a seguir:

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Aguardando Cumprimento de Acordo	130	16/09/2021

Observações: verifica-se que a Unidade mantém a alocação de processos conciliados na tarefa Aguardando Cumprimento de Acordo, com cadastramento das parcelas da transação na tarefa em parte dos feitos, para oportuno registro de quitação. Há aposição de GIGS de atividade e prazo, para controle dos processos pela Secretaria. Constata-se que, em parte dos processos conciliados a contar de abril do corrente ano, houve a movimentação para a tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, na forma do ofício circular Ofício Circular nº TST.CGJT nº 9/2023.

Determinações/Recomendações: determina-se a observância da diretriz estabelecida no Ofício Circular TST.CGJT nº 9/2023, com a alocação dos processos conciliados, durante o prazo de cumprimento das parcelas das transações, na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento (Motivo: Convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação), em lugar de manter na tarefa Aguardando Cumprimento de Acordo. Determina-se, ainda, com base no teor do Ofício Circular TST.CGJT nº 9/2023 que, nos processos conciliados na fase de conhecimento, seja observado o início da liquidação, por meio do fluxo "Iniciar Liquidação", e o posterior sobrestamento dos feitos, na forma acima descrita.

Recomenda-se que o prazo de presunção de cumprimento do acordo seja registrado na tela da tarefa Aguardando Final do Sobrestamento e no GIGS, para controle dos feitos conciliados pela Unidade.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Arquivo (chip: Arquivado Definitivamente)		

Observações: observa-se que, em inúmeros processos na tarefa Arquivo – Chip Arquivado Definitivamente, a Unidade mantém a aposição de GIGS de atividade e com prazo vencido, sistemática que prejudica o controle dos processos por meio dos filtros do PJe.

Recomendação: recomenda-se à Unidade a revisão dos processos na tarefa Arquivo – Chip Arquivado Definitivamente - para revisão e conclusão das atividades no GIGS, com vistas à melhoria do controle dos processos por meio dos filtros do PJe.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Escolher Tipo de Arquivamento	1	12/05/2023
Observações: observa-se que a Unidade mantém processo na tarefa Escolher Tino de Arquivamento		

Observações, observa-se que a Officiade mantem processo na tarera Esconier ripo de Arquivamento.

Recomendações: recomenda-se à Unidade concluir a movimentação do processo mantido na tarefa Escolher Tipo de Arquivamento, porquanto de efeito estatístico.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Cumprimento de Providências	1.007	24/10/2019

Observações: constata-se que a Unidade mantém processos na tarefa Cumprimento de Providências para efetivação de convênios eletrônicos, designação de audiências, bem como para controle manual de prazos em geral, estes não decorrentes de expedientes com controle automático pelo Sistema PJe. Observa-se, ainda, o represamento de processos na tarefa que deveriam estar conclusos para julgamento (sentenças de conhecimento e de incidentes de execução), identificados com o GIGS de atividades "Sentença" (39 processos) e "Embargos" (28 processos). Há aposição de GIGS de atividade e prazo na maioria dos processos,



estando grande parte deles com o prazo da atividade vencido (cerca de 700 processos com prazo do GIGS vencido). Em parte dos processos, observa-se que há apenas a designação do responsável, sem definição da atividade ou do prazo no GIGS, para adequada gestão dos processos pela Secretaria da Unidade.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Cumprimento de Providências, para inclusão de GIGS com prazo e atividade em todos os feitos, bem como para análise e movimentação dos processos com GIGS referentes a diligências com prazos vencidos.

Determinação: determina-se a conclusão ao(à) magistrado(a) de todos os processos aptos a julgamento, para prolação de sentenças de conhecimento ou de incidentes processuais, com vistas à observância do disposto nos artigos 226 e 228 do CPC e da vedação à utilização de tarefa para encaminhamento de processos aptos para julgamento, os quais devem ser feitos conclusos para julgamento, na forma do artigo 132 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Aguardando Final do Sobrestamento	79	07/05/2018

Observações: observa-se sistemática de organização dos processos sobrestados por meio do prazo de sobrestamento na tarefa e pela inclusão de GIGS de prazo. Sinala-se, contudo, a existência de processos com prazo do sobrestamento vencido na tarefa e no GIGS, sem movimentação pela Unidade.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, para conferência dos motivos que justificaram os sobrestamentos, movimentação dos processos, bem como atualização do prazo na tarefa e nos GIGS, para melhoria do controle de feitos sobrestados. Recomenda-se, ainda, que, nos processos em que haja suspensão processual determinada pelo Juízo e que estejam alocados em outros fluxos do PJe, sejam encaminhados para a tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, com registro e atualização do prazo de suspensão na tarefa e nos GIGS.

Determinação: determina-se observância das diretrizes estabelecidas no Ofício Circular TST.CGJT nº 9/2023, com o sobrestamento dos processos conciliados e dos processos que seriam destinados ao arquivo provisório.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Aguardando Prazo	658	25/08/2022

Observações: percebe-se a regularidade do fluxo dos processos, visto que não localizados processos represados na tarefa.

Recomendações: não há.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Aguardando Audiência	485	20/04/2022

Observações: constata-se a alocação de processos na tarefa para aguardo da realização da audiência. Observa-se, contudo, a manutenção na tarefa de processos com audiência realizada, no aguardo do decurso de prazos deferidos em ata.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Audiência, a fim de que sejam mantidos somente os processos nos quais pendente unicamente o aguardo da solenidade já designada no processo e no sistema PJe. Os demais processos deverão ser movimentados para as tarefas específicas, a exemplo da tarefa Cumprimento de Providências, para aguardo de decursos de prazo não controlados automaticamente pelo Sistema.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Prazos Vencidos	345	19/07/2022

Observações: verifica-se represamento de processos na tarefa Prazos Vencidos, com data mais antiga de 19/07/2022.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos feitos mantidos na tarefa Prazos Vencidos, para análise e prosseguimento.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Análise	151	19/10/2021

Observações: observa-se que a Unidade mantém processos na tarefa Análise em decorrência do fluxo do PJe, por conta de assinatura de despacho ou expediente (principalmente, alvarás) pelo(a) magistrado(a) ou em decorrência da movimentação dos feitos entre os demais fluxos do PJe. Sinala-se, contudo, o represamento inadequado de processos na tarefa Análise, com designação de responsável em todos os processos e aposição de GIGS de atividade e prazo em poucos processos.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Análise, para: - destinação dos processos para as tarefas específicas, a exemplo de Preparar Comunicações e Expedientes (para expedição de intimações, mandados, alvarás...), Cumprimento de Providências (para decurso de prazos, designação de audiências, revisão para arquivamento e efetivação de ferramentas eletrônicas), Minutar despacho/decisão (para apreciação de petições); - inclusão de GIGS/CHIPS com prazo e descrição da atividade pendente em todos os processos da tarefa.

Recomenda-se, como medida de manutenção da organização do fluxo dos processos, a revisão sistemática da tarefa "Análise", para destinação dos processos para as tarefas específicas e adequadas à tramitação processual, porquanto a "Análise" se destina à alocação de feitos por curto período de tempo, apenas para trâmite entre as demais tarefas do PJe. Cumpre observar, ainda, que a tarefa "Análise" deve ser periodicamente revisada para identificação, por exemplo, de: - processos despachados/sentenciados pelo(a) magistrado(a), nos quais não tenha havido intimação automática e que demandem a expedição de intimações e o cumprimento de outras providências pela Secretaria; processos recebidos do CEJUSC e do Juízo Auxiliar de Execução.



Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Comunicações e Expedientes	31	15/05/2023

Observações: verifica-se que a Unidade mantém no agrupador Comunicações e Expedientes processos para criação e revisão de expedientes ou comunicações. Observa-se que a maioria dos processos alocados na tarefa decorrem do fluxo do PJe, por conta de assinatura de despacho ou decisão pelo magistrado. Constata-se, contudo, que a Unidade adota a designação de responsável em todos os feitos, sem aposição de GIGS em alguns processos.

Recomendações: recomenda-se, como medida de manutenção da organização do fluxo dos processos, a revisão sistemática dos processos na tarefa Preparar Expedientes e Comunicações, para manutenção somente dos processos que aguardam a criação ou revisão de expedientes e comunicações, com inclusão de GIGS de prazo e descrição da atividade pendente.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Recebimento e Remessa	28	16/05/2023
Observações: verifica-se celeridade na tramitação dos processos no agrupador Recebimento e Remessa.		
Recomendações: não há.		

A análise da distribuição dos processos no Painel Global da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre demonstra organização na alocação dos feitos nas tarefas do Sistema PJe, designação de responsável e utilização de GIGS e Chips para controle do fluxo dos processos pela Secretaria, sendo recomendado apenas o aprimoramento dos procedimentos, na forma das recomendações acima lançadas, a fim de reduzir os represamentos e atrasos na tramitação dos processos.

13.9.3.2 Escaninho de Petições

As petições pendentes de apreciação no escaninho da Unidade no Sistema PJe apresentaram, no dia **31/05/2023**, o quantitativo que segue:

Quantidade	Processo com petição mais antiga no escaninho	Desde	
220	0021401-87.2017.5.04.0013	15/06/2022	

Em consulta ao Sistema PJe, foi constatado o número de 220 petições não apreciadas no menu Escaninho, sendo que a petição mais antiga pendente de apreciação data de 15/06/2022, conforme indicado na tabela acima.

Assim, resta demonstrada a necessidade de análise mais célere das petições protocoladas nos processos em tramitação na Unidade, para observância dos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC.

13.9.3.3 Processos Eletrônicos – análise por fase processual

A análise da movimentação processual para apontamentos específicos foi realizada no dia 31/05/2023, quando o acervo da Vara contava com 2.592 processos em fase de conhecimento, 312 processos em fase de liquidação, 1.482 processos em fase de execução e 11.411 processos arquivados, sendo selecionados os seguintes:

CONHECIMENTO:

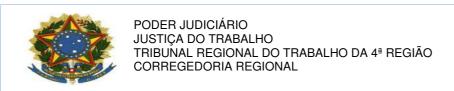
Processo nº 0020560-53.2021.5.04.0013

Movimentação processual: ação ajuizada em 1º/07/2021 (Meta 2 do CNJ). Audiência realizada em 17/08/2022, na qual determinada a conclusão para análise do requerimento de nulidade da citação arguida em defesa. Processo na tarefa Aguardando Audiência desde 20/04/2022. Em 28/04/2023, o autor peticiona nos autos requerendo o prosseguimento do feito, ainda sem apreciação pelo Juízo, em dissonância com o disposto nos artigos 226 e 228 do CPC. Há designação de responsável e aposição de GIGS, de atividade, responsável e prazo vencido.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(a) magistrado(a), para apreciação.

2 Processo nº 0021401-87.2017.5.04.0013

Movimentação processual: ação ajuizada em 2017 (Meta 2 do CNJ), segue em fase de conhecimento, por conta de pendências referentes à oitiva de testemunhas por carta rogatória. Juntadas manifestações pela parte autora em 15/06/2022 e 23/05/2022, informando dos endereços das testemunhas, não houve apreciação do Juízo até o presente momento, em inobservância aos prazos dos artigos 226 e 228 do CPC.



Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(a) magistrado(a), para prosseguimento.

3

Processo nº 0020573-52.2021.5.04.0013

Movimentação processual: processo sobrestado por decisão em 06/09/2021, no aguardo do trânsito em julgado da ação nº 0021398-13.2019.5.04.0030. Em 12/09/2021, a parte autora peticiona nos autos requerendo a reconsideração da decisão que determinou o sobrestamento. O processo se encontra na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento desde 06/09/2021, com prazos vencidos na tarefa e no GIGS, sem apreciação da petição da parte autora (Id fcdb6f3).

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(à) magistrado(a), para apreciação.

4

Processo nº 0020027-41.2014.5.04.0013

Movimentação processual: processo sobrestado em audiência realizada no dia 12/05/2015, em razão de internação hospitalar do autor, sem previsão de alta. Decorridos mais de oito anos da suspensão, o processo segue na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, com petições não apreciadas pelo Juízo.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(à) magistrado(a), para prosseguimento.

5

Processo nº 0020388-14.2021.5.04.0013

Movimentação processual: ação ajuizada em 07/05/2021 (Meta 2 do CNJ), retida na tarefa Cumprimento de Providências, com GIGS "Pauta de Instrução" e prazo vencido em 10/05/2021. Petições juntadas em 11/05/2022, não apreciadas pelo Juízo até o presente momento.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(à) magistrado(a), para prosseguimento.

6

Processo n° 0020070-94.2022.5.04.0013 Processo n° 0020090-85.2022.5.04.0013 Processo n° 0020938-09.2021.5.04.0013 Processo n° 0020491-84.2022.5.04.0013 Processo n° 0020961-18.2022.5.04.0013

Movimentação processual: instruções encerradas em audiência, com deferimento de prazos para razões finais, já decorridos. Processos na tarefa Cumprimento de Providências, com GIGS "sentença" e prazos vencidos. Inobservados, portanto, o prazo legal para conclusão dos autos ao(à) magistrado, a teor do artigo 228 do CPC, e a vedação à utilização de tarefa para encaminhamento de processos aptos para julgamento, os quais devem permanecer conclusos para sentença, na forma do artigo 132 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional. Neste aspecto, cumpre destacar que são identificados 39 processos em situação idêntica no painel da Unidade no PJe.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a imediata conclusão dos processos ao(à) magistrado(a), para julgamento.

LIQUIDAÇÃO:

1

Processo nº 0020183-14.2023.5.04.0013

Movimentação processual: ação de cumprimento de sentença retida na tarefa Iniciar Liquidação desde 13/03/2023, após publicação de decisão reconhecendo a distribuição por dependência. Há designação de responsável. Não há aposição de GIGS/CHIPS

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(a) magistrado(a), para processamento.

2

Processo nº 0020286-55.2022.5.04.0013

Movimentação processual: recebidos os embargos à execução em 16/02/2023, não respondidos no prazo legal. Apresentada manifestação pela parte autora em 12/04/2023, requerendo a liberação de valor incontroverso. O processo segue na tarefa Cumprimento de Providências, com GIGS de atividade "Embargos" e prazo vencido, pendente de conclusão ao magistrado. Inobservados, portanto, o prazo legal para conclusão dos autos ao(à) magistrado, a teor do artigo 228 do CPC, e a vedação à utilização de tarefa para encaminhamento de processos aptos para julgamento. Sinala-se, ainda, que o processo tramita em liquidação no PJe, com atos próprios da fase de execução.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a correção da fase do processo no Sistema PJe e a conclusão ao magistrado, para julgamento dos embargos à execução.

3

Processo nº 0020852-09.2019.5.04.0013 Processo nº 0020208-95.2021.5.04.0013

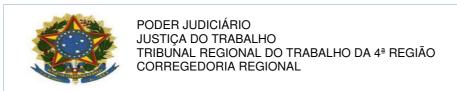
Movimentação processual: processos retidos na tarefa Prazos Vencidos, pendentes de análise e movimentação pelo Juízo. **Determinação à Unidade: DETERMINA-SE** o prosseguimento dos feitos.

EXECUÇÃO:

1

Processo nº 0021634-84.2017.5.04.0013

Movimentação processual: formulado requerimento de parcelas vincendas pela parte autora em 07/12/2022. Processo concluso à magistrada em 12/12/2022. Desde então, o processo segue na tarefa Elaborar Decisão. Há designação de responsável e GIGS de atividade, responsável e prazo vencido.



Determinação à Unidade: *DETERMINA-SE* a conclusão da minuta e o deslinde das questões pendentes pela magistrada, para prossequimento do feito.

2

Processo nº 0080400-48.2008.5.04.0013

Movimentação processual: requerimentos de providências executórias formuladas pelo exequente em petição datada de 15/11/2021. Processo concluso à magistrada em 11/02/2022. Desde então, o processo segue na tarefa Elaborar Despacho, com minuta em edição. Há designação de responsável e GIGS de atividade, responsável e prazo vencido.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão da minuta e o deslinde das questões pendentes pela magistrada, para prosseguimento do feito.

3

Processo nº 0057500-71.2008.5.04.0013

Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de Providências desde 25/01/2022, pendente de análise e movimentação pelo Juízo, com vistas ao encerramento da execução, conforme despacho de ld c71fe93. Há designação de responsável. Não há aposição de GIGS/CHIPS para controle das atividades pendentes pela Unidade.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a conclusão do processo ao(a) magistrado(a), na forma do despacho de ld c71fe93, parte final.

4

Processo nº 0033800-66.2008.5.04.0013

Movimentação processual: processo retido na tarefa Prazos Vencidos desde 19/07/2022, pendente de análise e movimentação pelo Juízo.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE o prosseguimento do feito.

5

Processo nº 0000342-19.2012.5.04.0013

Movimentação processual: processo na tarefa Análise desde 19/10/2021, pendente de análise e movimentação pelo Juízo. Há designação de responsável. Não há aposição de GIGS de atividade e prazo, para melhoria do controle da Unidade. **Determinação à Unidade: DETERMINA-SE** a conclusão do processo ao(a) magistrado(a), para prosseguimento.

6

Processo nº 0020514-74.2015.5.04.0013

Movimentação processual: execução inexitosa, na qual determinadas providências executórias em 06/05/2020, conforme decisão de Id b94b728. Cumpridas parcialmente as determinações do Juízo, o processo segue na tarefa Cumprimento de Providências desde 11/07/2022, no aguardo da realização de consultas INFOJUD determinadas na decisão supracitada. Há aposição de CHIPS "Infojud", responsável e prazo vencido em 10/06/2020. Inobservância do prazo estabelecido no artigo 228 do CPC.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE o cumprimento das determinações contidas na decisão de ld b94b728.

7

Processo nº 0001117-05.2010.5.04.0013 Processo nº 0001010-58.2010.5.04.0013 Processo nº 0020866-32.2015.5.04.0013

Movimentação processual: processos selecionados, por amostragem, na tarefa Cumprimento de Providências, com pendências relativas à conclusão ao magistrado para julgamento de embargos à execução e/ou impugnações à sentença de liquidação. Há aposição de GIGS "Embargos" e prazos vencidos. Inobservados, portanto, o prazo legal para conclusão dos autos ao(à) magistrado, a teor do artigo 228 do CPC, e a vedação à utilização de tarefa para encaminhamento de processos aptos para julgamento, os quais devem permanecer conclusos para sentença, na forma do artigo 132 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

Determinação à Unidade: DETERMINA-SE a imediata conclusão dos processos ao(à) magistrado(a), para julgamento dos incidentes de execução.

13.9.3.4 Processos Eletrônicos – análise de processos arquivados provisoriamente

As tarefas "Arquivo Provisório" e "Arquivo – Chips: Arquivado Provisoriamente" foram analisadas no dia 31/05/2023, para exame dos processos arquivados provisoriamente pela Vara do Trabalho.

O somatório dos feitos existentes nas duas tarefas corresponde a 358 processos, arquivados provisoriamente entre 03/02/2016 e 30/05/2023.

Constatou-se que a Unidade adota a aposição de GIGS para controle do prazo da prescrição intercorrente, sendo esta uma boa prática processual, que se recomenda às Unidades como padrão para organização e controle de processos arquivados provisoriamente.

Da análise do acervo de processos arquivados provisoriamente, considerando o número reduzido de feitos e o controle do prazo prescricional, depreende-se que o Juízo tem procedido à revisão periódica dos processos para pronúncia da prescrição intercorrente ou para renovação de providências coercitivas.

Com relação à renovação de providências coercitivas e à pronúncia da prescrição intercorrente, recomenda-se a observância do disposto, respectivamente, nos artigos 108 e 116 da CPCGJT.

Aliado ao exposto, no que pertine aos processos destinados ao arquivo provisório, recomenda-se a observância da decisão prolatada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho nos autos

da Consulta Administrativa nº 0000139-62.2022.2.00.0500 e das diretrizes estabelecidas no Ofício Circular TST.CGJT nº 9/2023, para remessa dos processos ao fluxo "Aguardando Final do Sobrestamento", em lugar de arquivar provisoriamente.

O resumo das questões tratadas na Consulta Administrativa nº 0000139-62.2022.2.00.0500 consta do item **15.1.11 Procedimentos. Alteração de Fase Processual. Sobrestamento.**

13.10 EXAME DOS LIVROS

13.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Nº do Processo	Prazo para Devolução dos Autos
1	0000818-23.2013.5.04.0013	13/09/2022
2	0000298-34.2011.5.04.0013	21/11/2022
3	0000344-57.2010.5.04.0013	28/04/2023
4	0027500-98.2002.5.04.0013	28/04/2023
5	0000303-56.2011.5.04.0013	19/05/2023

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30/05/2023)

13.10.2 Peritos - Cargas vencidas há mais de 10 dias

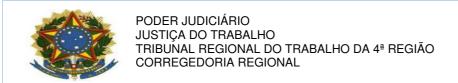
Conforme consulta ao Sistema InFOR em 30/05/2023, **não** constaram autos em carga com prazo vencido aos peritos há mais de 10 dias.

13.11 MANDADOS

13.11.1 Mandados – Prazo de cumprimento vencido há mais de dez dias

MANDADOS EM ABERTO						
	Nº Processo	Data da Expedição	Oficial de Justiça	Dias úteis		
1	0021151-83.2019.5.04.0013	27/02/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE CANOAS	52		
2	0020092-70.2013.5.04.0013	15/03/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE NOVO HAMBURGO	40		
3	0021025-62.2021.5.04.0013	20/03/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	37		
4	0020237-77.2023.5.04.0013	03/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	27		
5	0020388-19.2018.5.04.0013	04/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	26		
6	0020736-95.2022.5.04.0013	04/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	26		
7	0020236-05.2017.5.04.0013	04/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	26		
8	0020396-25.2020.5.04.0013	10/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	25		
9	0020252-04.2022.5.04.0006	17/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	20		
10	0020949-04.2022.5.04.0013	17/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	20		
11	0020052-39.2023.5.04.0013	18/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	19		
12	0020482-91.2018.5.04.0004	24/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE CAXIAS DO SUL	16		
13	0020380-71.2020.5.04.0013	24/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	16		
14	0020261-08.2023.5.04.0013	25/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	15		
15	0020277-59.2023.5.04.0013	25/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	15		
16	0020229-37.2022.5.04.0013	27/04/2023	CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE	13		

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 16/05/2023)



13.12 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida nos arts. 32, I, e 102, caput, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que tratam do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Acresça-se, por oportuno, que a Instrução Normativa n. 39 do TST, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, consigna, em seu artigo 2º, inciso XI, que não se aplica ao Processo do Trabalho o disposto no art. 1010, §3º, do CPC (desnecessidade de o juízo a quo exercer controle de admissibilidade na apelação).

O Diretor de Secretaria informa, ainda, que antes de o feito ser remetido ao segundo grau, é realizada a conferência e/ou correção dos dados de autuação do processo no PJe, tais como classe processual, nomes das partes e polos da relação processual.

13.13 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, não ordena a pronta liberação deste em favor do credor, somente após a citação da reclamada, a seu requerimento.

14 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Analisando os dados estatísticos apurados, observa-se que a Unidade obteve redução nos índices de produtividade se comparados os anos 2020, 2021 e 2022 com o ano 2019 (pré-pandemia), chegando neste a solucionar 134% dos processos de conhecimento recebidos, ao passo que em 2022 solucionou 94%. O fator positivo se mostra presente quando analisados os anos 2020 e 2021, em que a Unidade solucionou uma média de 99% dos processos recebidos, superando a média de produtividade da faixa processual em cerca de 15% no período pandêmico.

O horário de atendimento ao público observado pela Unidade é das 10h às 16h.

Durante o expediente, os horários dos servidores são organizados das 08 horas até as 19 horas, mediante escala interna.

Durante todo o período dos plantões, o celular encontra-se com o Diretor, de sobreaviso.

As audiências de conciliação na fase de liquidação/execução são realizadas de cinco a seis processos mensais ou a requerimento das partes, conforme acredita o Diretor de Secretaria.

Nas execuções, uma vez expropriados todos os bens e efetuados os pagamentos possíveis, havendo crédito remanescente, a Unidade tem lançado, recentemente, por meio eletrônico na Ferramenta de Apoio à Execução (FAE), o saldo disponível, a fim de que adotem as providências necessárias, em observância ao Provimento da Corregedoria nº 283/2022, à exceção de valor ínfimo e empresa de grande porte.

A Unidade não observa o art. 116 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Geral, isto é, em não sendo localizado o devedor nem encontrados bens penhoráveis, a Unidade suspende o curso do processo por até 1 (um) ano (no fluxo "Sobrestamento por execução frustrada" do PJE), período no qual não correrá o prazo de prescrição intercorrente (artigo 40 da Lei n.º 6.830/80).

Durante o prazo previsto no art. 11-A da CLT (prazo de dois anos da prescrição intercorrente), o processo é arquivado provisoriamente.

Nas execuções contra a Fazenda Pública, uma vez expedido o precatório, a Unidade tem observado, recentemente, o disposto no art. 187-A, § 3º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, ficando o processo sobrestado enquanto houver a possibilidade de expedição de precatório complementar.

No caso de desconsideração da personalidade jurídica, a Unidade observa o disposto nos arts. 86 a 91 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo conexão ou continência, é observado o disposto no art. 122, §1º da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (Provimento nº 267/2019).

A Unidade utiliza o seguinte critério para nomeação de leiloeiros: quando se faz necessária a venda de um bem penhorado.

O Diretor de Secretaria informa não haver dificuldades relacionadas à nomeação e serviços prestados por leiloeiros na Unidade.



A Unidade realiza o monitoramento de seus índices do MGD e/ou acervo (incidentes pendentes) por meio dos painéis disponíveis nos links https://dados.trt4.jus.br/extensions/MGD/MGD.html e https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html.

As atividades da Unidade são organizadas e distribuídas manuseando as ferramentas GIGS e CHIPs do sistema PJe, utilizando a designação automática de responsável no PJe e organizando as atribuições por carteira e por tarefa.

Os servidores e estagiários a seguir identificados, vinculados ao cargo em comissão ou função comissionada quando for o caso, executam as respectivas atribuições:

- Diretor de Secretaria (CJ3): Mario Cesar Damscki Junior

Atividades jurídicas: todas as atividades processuais. Atividades administrativas: todas as atividades administrativas tanto relacionadas aos Servidores quanto às atividades da Secretaria.

- Assistente de Secretaria (FC04 - Substituto do Diretor): Paulo Norberto Schutz

Atividades jurídicas: todas as atividades processuais. Atividades administrativas: realiza todas as atividades relacionadas ao regular andamento da Secretaria.

 Assistentes de Juiz (FC05): Marcelo Castro dos Santos (atualmente vinculado à Corregedoria em virtude da convocação da Magistrada Titular, Dra Anita Lübbe) e Pedro Henrique Bueno de Barcellos.

Realizam todas as atividades pertinentes as minutas de sentenças da fase de conhecimento.

- Assistentes GAB Primeiro Grau (FC04): Cristiane Mezzomo Bresolim e Michele Macagnan

Realizam as atividades relacionadas as minutas de decisões/sentenças pertinentes a fase de execução, bem como as minutas de antecipações de tutela/embargos de declaração na fase de conhecimento.

- Assistentes de Secretaria (FC04): Silvia Regina Silveira e Gabriel Matte de Moura

Realizam a triagem das iniciais, a inclusão em pauta e demais atividades na realização das audiências, bem como o seu cumprimento.

- Calculista (FC04): Leandro Zeni Carbonera

Realiza todas as atividades da execução, lançamento de conta, alvarás, mandados, ofícios, precatórios, etc.

- Servidoras: Cátia Hubler Amorim, Nina Rosa dos Santos Silva, Lorena Dutra Dornelles Severino

Utilizam o sistema por carteira, assim os Servidores têm seus respectivos finais e realizam todas as atividades pertinentes ao regular andamento do processo em todas as fases.

Não há servidores atuando em teletrabalho parcial ou integral.

Oito servidores auxiliam o(a) Juiz(a) na elaboração de decisões.

Por fim, o Diretor de Secretaria informa que não há demanda que necessite de encaminhamento acerca da estrutura física da Unidade ou do prédio ou para a área judiciária.

15 RECOMENDAÇÕES

15.1 GERAIS

15.1.1 Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho

15.1.1.1 Metas 2022

Recomenda-se que se dê ênfase aos temas das Metas 1 e 5 do ano de 2022, não cumpridas (**itens 11.1.1 e 11.1.4**).

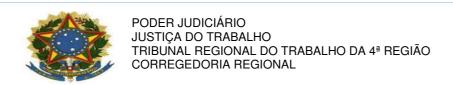
15.1.1.2 Metas 2023

Recomenda-se a observância das metas estabelecidas pelo CNJ para o presente ano (2023):

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021.

Meta 3: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021 em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.



Meta 5: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

15.1.2 Acompanhamento de pendências

Recomenda-se que os gestores realizem acompanhamento mensal dos incidentes pendentes, mediante consulta ao Painel da Unidade no link https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html, realizando baixas e correções de movimentos em embargos de declaração, incidentes de execução e tutelas provisórias.

15.1.3 Inscrições indevidamente mantidas no BNDT

Recomenda-se que os gestores realizem acompanhamento mensal acerca de existência de processos arquivados definitivamente com inscrição indevida ativa no BNDT, mediante consulta a relatório gerencial no PJE denominado "Arquivados com ou sem registro no BNDT", realizando as baixas devidas.

15.1.4 Prescrição Intercorrente

Recomenda-se que, para fins de reconhecimento da prescrição intercorrente, sejam observados os termos do artigo 2º da Instrução Normativa n. 41/2018 do TST e da recomendação n. 3/2018 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

15.1.5 Conciliação

Considerando que os dados apurados em Correição Geral no ano 2021 revelaram que a média de conciliação deste Tribunal está abaixo da média nacional e da média do grande porte, recomenda-se que as Unidades Judiciárias atentem à importância de fomentar a solução de processos por meio de métodos consensuais, contribuindo para pacificação social, por meio do empoderamento das partes.

15.1.6 Envio de processos ao CEJUSC

Recomenda-se que as Unidades registrem nos autos, seja por certidão ou despacho, a remessa dos autos ao CEJUSC, em observância ao princípio do devido processo legal.

15.1.7 Convênios e Acordos de Cooperação Técnica

Para observância do art. 108, III, da CPCGJT, recomenda-se que as Unidades estabeleçam como rotina a revisão periódica dos processos em execução arquivados provisoriamente a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos Convênios disponibilizados pelo Tribunal Regional.

15.1.8 Cadastramento de Assuntos no PJe-JT

Recomenda-se às Unidades Judiciárias que orientem os advogados a indicarem, no PJe, todos os assuntos de que tratam as ações ajuizadas.

15.1.9 Requisições de Pequeno Valor. BNDT

Recomenda-se que as Unidades Judiciárias observem ao disposto no art. 12 do ATO CGJT Nº 01, de 21 de janeiro de 2022, isto é, "decorrido o prazo de pagamento da requisição de pequeno valor, e resultando negativo o sequestro de verba pública após uma tentativa de constrição via SISBAJUD, é devida a inclusão do ente público no cadastro do BNDT, independente do decurso de novo prazo de 45 dias".

15.1.10 Gestão de Pessoas. Secretaria de Audiências

Recomenda-se a todas as Unidades, <u>principalmente àquelas em que se adota o regime de lotação plúrima</u>, que as audiências sejam secretariadas apenas por servidores ocupantes da FC-4 de Assistente de

Secretaria, em observância ao disposto no art. 24 da Res. CSJT 296/2021,¹ ou, eventualmente, de função ou cargo superior.

15.1.11 Procedimentos. Alteração de Fase Processual. Sobrestamento

Recomenda-se a todas as Unidades que observem as decisões prolatadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, nos autos da Consulta Administrativa Número 0000139-62.2022.2.00.0500, e, em resumo:

- a) Sobre o início da fase de execução no PJe: decidiu a Corregedoria-Geral que "respeitada a autonomia dos juízos da execução, é importante frisar que, para fins de DATAJUD, considera-se como "caso novo de execução" todo o processo trabalhista que tem sua liquidação iniciada. Logo, e ignorando a celeuma acerca das fases de liquidação e execução propriamente dita, como até então tratada a questão na seara laboral, a fonte primária de dados estatísticos do Poder Judiciário computa como "execução" tudo que na Justiça do Trabalho apura-se a partir do início da liquidação que, [...], pode depender do requerimento da parte para uns, enquanto para outros ser promovido de ofício porquanto não se trata de execução strictu sensu. Demais disso, há, ainda, a situação do jus postulandi, quando a execução indiscutivelmente deve ser promovida de ofício pelo Juízo".
- b) Sobre a inércia da parte autora nos casos em que regularmente intimada para requerer o início da execução: o processo deve ser sobrestado na fase de conhecimento ou remetido para a fase de execução para ser arquivado provisoriamente? Decidiu a Corregedoria-Geral que, com o trânsito em julgado da decisão, e independentemente de qualquer requerimento da parte, o processo deve ser movimentado à fase seguinte, de início de liquidação ou de execução. O mesmo é aplicável ao acordo descumprido.
- c) Sobre o (des)uso do fluxo "Arquivo provisório" na fase de execução: apesar de haver previsão nos artigos 114 e 117 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, seria possível a destinação dos feitos ao fluxo "Aguardando final do sobrestamento" em vez do "Arquivo provisório"? Decidiu a Corregedoria-Geral que em termos práticos "só há ganho com a utilização dos movimentos de suspensão ao invés de "arquivo provisório", [...], devendo os processos registrarem o sobrestamento quando, automaticamente serão movimentados para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório"".

15.2 AOS JUÍZES

15.2.1 Adiamento de Pauta

Recomenda-se a redução do número de adiamentos de audiências para percentual não superior a 10% do número de audiências designadas, excluídos os casos em que o adiamento se der em razão das medidas adotadas por este Tribunal para o combate à contaminação pelo novo Coronavírus — COVID-19 (item 5.4.5).

15.2.2 Meta CNJ 1/2023

Recomenda-se que sejam adotadas as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que os dados parciais apurados até 03/05/2023 apontam tendência de novo descumprimento no presente ano (item 11.2.1).

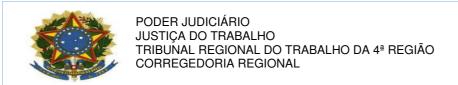
15.2.3 Meta CNJ 2/2023

Recomenda-se que sejam empreendidos esforços para que se identifiquem e julguem os processos mais antigos em tramitação na Unidade, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que os dados parciais apurados indicam a necessidade de julgamento de 154 processos para alcance da meta (**item 11.2.2**).

15.2.4 Meta CNJ 3/2023

Recomenda-se que sejam empreendidos esforços para o aumento do número de conciliações neste ano, considerando-se que os dados parciais apurados indicam o não cumprimento da referida meta (**item 11.2.3**).

¹ Art. 24. O Juiz do Trabalho Titular deverá designar, entre os assistentes de secretaria, servidor(es) responsável(is) para secretariar as audiências. § 1º O servidor designado para secretariar as audiências, preferencialmente, terá formação em mediação e conciliação.



15.2.5 Meta CNJ 5/2023

Recomenda-se que sejam empreendidos esforços para reduzir a taxa de congestionamento líquida neste ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2022 não foi cumprida (**item 11.1.4**).

15.3 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

15.3.1 Procedimentos em relação ao BNDT

Recomenda-se à Secretaria que identifique a causa das diversas pendências apontadas nos processos arrolados no **item 13.8** e insira em sua rotina de trabalho verificação periódica do relatório gerencial referido no **item 15.1.3**.

15.3.2 Incidentes pendentes de decisão

Recomenda-se à Secretaria que identifique a causa das diversas pendências apontadas nos processos arrolados no **item 13.9.1**, reforçando-se que deve inserir em sua rotina de trabalho a verificação periódica do painel disponível em https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html, realizando baixas e correções de movimentos.

15.3.3 PJe - Painel Global da Unidade no Sistema PJe

Recomenda-se à Unidade Judiciária:

- a) Cumprir as recomendações lançadas ao final da análise das tarefas do Painel Global da Unidade no PJe, na forma do item **13.9.3.1 Tarefas do Painel Global**;
- b) Proceder à revisão e à inclusão de GIGS/CHIPS completos (com prazo e especificação da atividade pendente) nos processos em tramitação na Unidade Judiciária, com vistas à melhoria na organização das tarefas do Painel global do PJe e na movimentação dos processos;
- c) Proceder à exclusão/conclusão dos GIGS relativos a atividades cumpridas ou superadas, para possibilitar a melhor gestão dos processos no painel da Unidade, por meio da ordenação por prazo ou pelos filtros do PJe.

16 DETERMINAÇÕES

16.1 AOS JUÍZES

16.1.1 Processos Conclusos para Sentença com Prazo Legal Excedido

Determina-se às Juízas **Beatriz Fedrizzi Bernardon** e **Sônia Maria Pozzer** que profiram sentença nos processos indicados no **item 6**, cujo prazo legal está excedido.

16.1.2 Liberação do Depósito Recursal

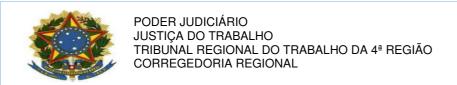
Determina-se a observância ao art. 108, I, da Consolidação de Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

16.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

16.2.1 Procedimento em Relação ao BNDT

Determina-se que a Secretaria, sempre que julgada extinta a execução ou arquivados os autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, a situação descrita no **item 13.8**.

Determina-se, ainda, que a Unidade Judiciária examine a situação dos processos listados, excluindo do BNDT, em caso de equívoco, os devedores que permanecem com seus dados registrados junto a esse banco de dados. Ressalte-se que deve ser adotado o mesmo procedimento caso o registro de arquivamento definitivo dos autos tenha sido lançado pelo JAE.



16.2.2 Lançamento de Incidentes Processuais pela Secretaria

Determina-se que a Unidade Judiciária faça um levantamento das inconsistências nos movimentos processuais relativos aos incidentes processuais em todos os processos listados, devendo encaminhar relatório das correções realizadas para esta Corregedoria quando da resposta ao Relatório de Inspeção Correcional (item 13.9.1).

16.2.3 Lançamento de Valores Pagos no Período Avaliado pelo MGD

A Secretaria deve continuar lançando no "controle de valores" dos sistemas informatizados todos os valores pagos aos reclamantes, bem como os relativos a contribuições previdenciárias, contribuições fiscais, emolumentos e custas processuais, tanto os informados pelas partes como aqueles verificados através de expedição de guias de retirada/alvarás, a fim de que as informações, extraídas do e-Gestão, reflitam a realidade dos valores transitados na Unidade Judiciária (item 13.9.2).

16.2.4 PJe – Painel Global da Unidade no Sistema PJe

Determina-se à Unidade Judiciária:

- a) Cumprir as determinações lançadas na análise das tarefas do Painel Global da Unidade no PJe, na forma do item **13.9.3.1 Tarefas do Painel Global**;
- b) Cumprir as determinações lançadas ao final da análise de cada um dos processos examinados por amostragem no item 13.9.3.3 - Processos Eletrônicos – análise por fase processual;
- c) Observar a pontualidade na revisão do Escaninho Petições não apreciadas (item 13.9.3.2 Escaninho de Petições), para cumprimento dos atos processuais e das conclusões ao(à) magistrado(a) nos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC;
- d) Regularizar a efetivação de convênios eletrônicos em processos de execução (INFOJUD, SERASA, entre outros), com a devida conclusão das atividades nos GIGS/CHIPS, para cumprimento das determinações do Juízo e organização das atividades pendentes no painel da Unidade no PJe;
- e) Proceder à conclusão dos processos para sentença tão logo considerados aptos para julgamento, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, com observância do prazo do artigo 228 do CPC, sendo vedada a destinação dos processos para outra tarefa, na forma do artigo 132 da CPCGJT. No que concerne aos embargos à execução e/ou impugnações à sentença de liquidação, deverão ser revisados e conclusos para julgamento inclusive os processos que se encontram equivocadamente na fase de liquidação, nos quais deverá a Unidade Judiciária, antes da conclusão, iniciar a execução no Sistema PJe.

16.2.5 Advogados – Cargas vencidas há mais de dez dias

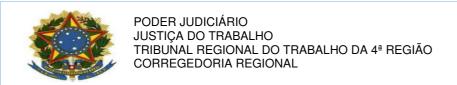
Determina-se que a Unidade Judiciária realize a cobrança ou apresente justificativa, regularize os andamentos, e/ou dê baixa da carga dos autos que já foram devolvidos mas ainda constam como pendentes de devolução no sistema inFOR, restando com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, em cumprimento ao disposto nos arts. 64, inc. IV, e 74 da CPCR (item 13.10.1).

16.2.6 Mandados – Prazo de cumprimento vencido há mais de dez dias

Determina-se a cobrança dos mandados (devolução ou justificativa) com prazo de cumprimento excedido há mais de dez dias úteis (item 13.11.1).

16.2.7 Procedimento em Relação a Não Localização de Devedor ou de Bens Penhoráveis

Determina-se a observância ao art. 116 e parágrafo único da Consolidação de Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.



16.2.8 RPVs. Conferência e Inscrição no BNDT

Determina-se a conferência dos cadastros das RPVs não pagas relacionados no relatório disponível no link https://dados.trt4.jus.br/extensions/rpvs-interno/rpvs-interno.html, para fins de que a) sejam complementados dados como as datas do recebimento e do vencimento da requisição; b) seja verificado se as requisições vencidas estão efetivamente em atraso ou se já foram pagas, devendo neste último caso ser preenchido o registro do pagamento no GPREC; c) sejam inscritos no BNDT os entes devedores que tenham requisições efetivamente em atraso e não pagas.

17 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da Inspeção Correcional Ordinária, a Corregedora Regional em Exercício esteve no Gabinete da Corregedoria **no dia 05/06/2023**, **das 14h30min às 15h**, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e dos demais interessados para tratarem de questões referentes a essa Unidade Judiciária, de forma presencial ou por videoconferência, mas não compareceram, na sede da Unidade ou na Corregedoria, eventuais interessados.

18 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os demais servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria, mediante o encaminhamento de ofício no formato ".PDF" ao e-mail da Divisão de Correições da Corregedoria (correicao@trt4.jus.br), a ser juntado ao expediente PROAD, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Diretor de Secretaria, Mário César Damscki Júnior e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Leonel Barnasque Figueiró, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional em Exercício e encaminhado para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT – e no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Documento assinado digitalmente
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
Desembargadora Corregedora Regional em Exercício